



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS E IDENTIDADES -
PPGCITI

JOELSON BALIEIRO LEAL

**DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM TRÊS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ**

ABAETETUBA-PA

2023

JOELSON BALIEIRO LEAL

**DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM TRÊS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI, da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Abaetetuba, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Estudos Interdisciplinares: Cidades, Territórios e Identidades.

Linha de pesquisa 1: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios.

Orientador: Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro.
Coorientador: Prof. Dr. Ronaldo Lopes de Sousa.

ABAETETUBA-PA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L433d Leal, Joelson Balieiro.
Dinâmica socioterritorial da pesca artesanal em três comunidades ribeirinhas no município de Abaetetuba, Pará / Joelson Balieiro Leal. — 2023.
90 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro
Coorientador(a): Prof. Dr. Ronaldo Lopes de Sousa
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Abaetetuba, 2023.
1. Amazônia. 2. Ribeirinhos. 3. Atividade de pesca. I. Título.

JOELSON BALIEIRO LEAL

**DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM TRÊS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI, da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Abaetetuba, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Estudos Interdisciplinares: Cidades, Territórios e Identidades.

Linha de pesquisa 1: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios.

Orientador: Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro.
Coorientador: Prof. Dr. Ronaldo Lopes de Sousa.

DATA DA AVALIAÇÃO: ____/____/2023.

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro
(Orientador/Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades/UFPA

Prof. Dr. Ronaldo Lopes de Sousa
(Coorientador)
Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades/UFPA

Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares
(Membro - Examinador Interno)
Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades/UFPA

Prof. Dr. Manoel Tavares de Paula
(Membro - Examinador Externo)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/UEPA

ABAETETUBA-PA

2023

Dedico este trabalho à Deus, por acreditar que Ele é infinito em graça e misericórdia, protetor e autor da minha vida, aos meus pais, amigos, colegas e familiares, que sempre me apoiaram, e a todos àqueles que me ajudaram de forma direta ou indiretamente.

AGRADECIMENTOS

À Deus que me abençoou com saúde, entendimento e sabedoria para seguir em frente no cumprimento de todas as etapas desse trabalho.

Aos meus pais, bem como aos meus irmãos, que sempre estiveram comigo, proferindo-me palavras de incentivo e oferecendo-me apoio emocional e financeiro.

Ao amor da minha vida, Josilda Cunha, porque, desde o início do mestrado, sempre estive comigo em todos os momentos de alegria e de aflição.

Ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI, aos professores e aos técnicos, em especial, ao secretário do Programa, o Sr. Hosana Negrão, pela competência e seriedade que trabalham.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, por acreditar que poderíamos realizar este trabalho com seriedade e responsabilidade, também, por estar disposto a orientar-me, contribuindo sempre da melhor forma possível para o cumprimento dos objetivos e das metas propostas.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Ronaldo Lopes de Sousa, que aceitou o desafio de trabalhar a temática concernente a pesca, ajudando-me com valiosas orientações para cadastramento do projeto de pesquisa no Sistema Nacional do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen, e na Plataforma Brasil, além disso, não mediu esforços para orientar-me nos artigos que foram e que ainda estão por serem publicados.

Ao meu amigo doutorando Benedito de Brito Almeida, pelas fundamentais contribuições referentes à organização dos objetivos, formulários e estrutura da dissertação, bem como, pelas orientações referentes aos processos metodológicos da pesquisa.

Ao presidente da Colônia de Pescadores Z-14, Claudio Correa, bem como a todos os secretários e pescadores que se dispuseram no fornecimento de informações importantíssimas à construção deste trabalho de pesquisa.

Às comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, representadas por uma parcela de seus moradores, os quais nos receberam e nos dispuseram de tempo, dando-nos atenção no decorrer de todo o trabalho de pesquisa de campo, compreendidas entre aplicação de formulários e observações.

À Universidade Federal do Pará – UFPA, em especial, ao Campus Universitário de Abaetetuba, na pessoa de sua coordenação, a Profa. Dra. Ana Áurea.

E por último, à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa – FAPESPA, pelo fornecimento da bolsa de mestrado, convênio nº 002/2021.

Construindo-se no universo familiar, autônomo e simples da pesca artesanal, o mestre se caracteriza plenamente como o responsável e o patrono dos destinos do bote e de sua tripulação, como mediador entre o mundo da terra e o mundo do mar, como guardião do segredo de sua sociedade.

(MALDONADO, 1988, p. 263, apud DIEGUES, 2004, p. 88).

RESUMO

A implantação e, conseqüentemente, o desenvolvimento de conglomerados industriais, em território amazônico, se intensificaram a partir da década de 1960, desde então, acresceram-se também, as mudanças socioterritoriais e ambientais provocadas por eles. Diante disso, este trabalho de pesquisa se fundamenta no seguinte questionamento: como as transformações socioterritoriais ocorridas no território da Amazônia tocantina, alteraram a pesca artesanal nas comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba, Pará? Neste âmbito tem-se como objetivo geral analisar as alterações na pesca artesanal ocasionadas pelas transformações socioterritoriais nas comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba, Pará. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, agregada ao método de investigação do tipo estudo de caso, nas comunidades ribeirinhas Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, no município de Abaetetuba, Pará, como técnicas de coleta de dados, utilizou-se formulário contendo perguntas fechadas e semiestruturadas, observação participante e registro de imagens. Os dados obtidos foram tabulados e analisados mediante a técnica de análise de conteúdo. Um total de 25 pescadores artesanais, dentre homens e mulheres, de idades entre 23 e 65 anos, participaram da pesquisa, destes, 14 (quatorze) (56%) reside na comunidade Rio Sapucajuba, 6 (seis) (24%) na comunidade Rio Costa Maratauirá e, 5 (cinco) (20%) na comunidade Rio Assacú. Em tais comunidades, os pescadores realizam as atividades de pesca conhecidas localmente como, pesca de fundo, pesca de bubuia, pesca de bloqueio e pesca de matapi, nas quais, a partir dos apetrechos de pesca, espinhel, rede de emalhar, rede de bloqueio e matapi, capturam, predominantemente, as espécies aquáticas: mapará, pescada, dourada, filhote e camarão. Pode-se concluir que as atividades de pesca artesanal desempenhada pelos pescadores das comunidades pesquisadas, reverberam-se em seguimentos socioeconômico e cultural, porém, nos últimos anos, diminuições no quantitativo de peixes e de camarão capturados, têm-se observado pelos pescadores, por outro lado, ampliam-se as quantidades de apetrechos de pesca como espinhel e rede de emalhar.

Palavras-chave: Amazônia; Ribeirinhos; Atividade de pesca.

ABSTRACT

The implementation and, consequently, the development of industrial conglomerates, in Amazonian territory, intensified from the 1960s onwards, since then, the socio-territorial and environmental changes caused by them have also increased. In view of this, this research work is based on the following question: how did the socio-territorial transformations that occurred in the territory of the Tocantins Amazon alter artisanal fishing in riverside communities in the municipality of Abaetetuba, Pará? In this context, the general objective is to analyze the changes in artisanal fishing caused by socio-territorial transformations in riverside communities in the municipality of Abaetetuba, Pará. In methodological terms, this is a qualitative research, combined with the case study research method. , in the riverside communities of Rios Assacú, Sapucajuba and Costa Maratauirá, in the municipality of Abaetetuba, Pará, as data collection techniques, a form containing closed and semi-structured questions, participant observation and image recording were used. The data obtained were tabulated and analyzed using the content analysis technique. A total of 25 artisanal fishermen, men and women, aged between 23 and 65 years, participated in the research, of which 14 (fourteen) (56%) live in the Rio Sapucajuba community, 6 (six) (24%) in the community Rio Costa Maratauirá and 5 (five) (20%) in the Rio Assacú community. In such communities, fishermen carry out fishing activities known locally as bottom fishing, bubuia fishing, block fishing and matapi fishing, in which, using fishing gear, longline, gill net, block net and matapi, predominantly capture aquatic species: mapará, hake, sea bream, fry and shrimp. It can be concluded that the artisanal fishing activities carried out by fishermen from the communities researched have repercussions on socioeconomic and cultural segments, however, in recent years, decreases in the quantity of fish and shrimp captured have been observed by fishermen, for On the other hand, the quantity of fishing equipment such as longlines and gill nets is increasing.

Keywords: Amazon; Riverside; Fishing activity.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

- Tabela 1 – Caracterização do esforço de pesca nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Marataúira, no ano de 2022.57
- Tabela 2 – Pesqueiros localizados na baía do Rio Pará, segundo os entrevistados das comunidades Rios Assacú e Sapucajuba, 2022. 59
- Tabela 3 – Distribuição categórica das respostas dos pesquisados ao seguinte questionamento: a renda de sua família depende somente da atividade de pesca que você realiza? 60
- Tabela 4 – Direitos sociais garantidos ao pescador pela Previdência Social e pelo INSS. 61
- Quadro 1 – Fatores antrópicos e naturais que têm dificultado o desempenho pesqueiro nas localidades Rio Costa Marataúira e baía do Rio Pará, segundo os pesquisados. ..63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização das comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, no município de Abaetetuba, Pará.....	31
Figura 2 – (A) foz do Rio Assacú na baía do Rio Pará, (B) foz do Rio Sapucajuba na baía do Rio Pará e (C) curso do Rio Costa Maratauirá.....	33
Figura 3 – Residências ribeirinhas na comunidade Rio Sapucajuba.....	35
Figura 4 – Quantificativo de pescadores artesanais pesquisados nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, no ano de 2022.....	41
Figura 5 – Tempo de contribuição dos pescadores à Colônia de Pesca Z-14.	43
Figura 6 – Quantitativo de pesquisados que praticam a pesca de fundo, a pesca de bubuia e a pesca de matapi nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, no município de Abaetetuba, no ano de 2022.	44
Figura 7 – Aparelhos de pesca utilizados por pescadores das comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá.	46
Figura 8 – Espinhel utilizado por pescadores da comunidade Rio Sapucajuba.	47
Figura 9 – Rede de emalhar utilizado por pescadores da comunidade Rio Assacú.	48
Figura 10 – Matapis utilizados por pescadores das comunidades Rio Costa Maratauirá.	49
Figura 11 – (A) acumulação produtiva de pescado de uma equipe de borqueadores e (B) acumulação produtiva de pescados de uma moradora, comunidade Rio Sapucajuba.	52
Figura 12 – Abertura da pesca de bloqueio na comunidade Rio Sapucajuba.....	53
Figura 13 – Organização dos pescadores para a pesca de bloqueio na comunidade Rio Sapucajuba.....	55
Figura 14 – Tipos de embarcações utilizadas na pesca artesanal, nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá.....	58
Figura 15 – Criação de suínos na comunidade Rio Assacú.....	62

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ALBRAS	Alumínio Brasileiro
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
EF	Ensino Fundamental
EFI	Ensino Fundamental Incompleto
EM	Ensino Médio
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa
GEPIATI	Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ambientes, Territórios e Interculturalidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PROPESP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSE	Processo Seletivo Especial
RGP	Registro Geral da Pesca
SisGen	Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	SEÇÃO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1	Alguns aspectos gerais da pesca artesanal no Brasil.....	21
2.2	Atividade pesqueira na Amazônia e na região do Baixo Tocantins	22
2.3	Território e transformações territoriais na Amazônia	25
2.4	Espaço: comunidade e identidade.....	27
3	SEÇÃO II – METODOLOGIA	30
3.1	Local da pesquisa	30
3.1.1	Comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá	31
3.2	Método de pesquisa	35
3.3	Técnicas de coleta dos dados	36
3.4	Técnica de análise dos dados	39
3.5	Aspectos éticos	39
4	SEÇÃO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
4.1	Perfil socioeconômico dos pesquisados.....	41
4.2	Atividades de pesca desenvolvida nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá: formas de organização dos pescadores	43
4.3	Atividade de pesca de bloqueio desempenhada pelos pescadores da comunidade Rio Sapucajuba, na abertura da pesca, no município de Abaetetuba, Pará	50
4.4	Esforço de pesca nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá	57
4.5	Importância econômica da pesca artesanal para os pescadores das comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA	80
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	83
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGENS.....	84
	ANEXO A – OFÍCIO PPGCITI	85
	ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	86
	ANEXO C – COMPROVANTE DE CADASTRO DE ACESSO - SisGen	90

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, introduziram-se intensamente na Amazônia, diversificados projetos de natureza efetivamente capitalista, dessa maneira, objetivava-se globalizar, modernizar e potencializar economicamente esta região (Picoli, 2006; Saifi; Dagnino, 2011; Costa, 2015). Dentre os projetos instituídos, estão aqueles relacionados à abertura de estradas, à exploração dos recursos minerais, à instalação de hidrelétricas e à agropecuária (Castro; Hébette, 1989).

Nessa conformação amazônica, cresceram-se também os problemas sociais e ambientais, muitos destes ocasionados pelo desenvolvimento dos projetos e agravados por falta de ações afirmativas de sustentabilidade dos mesmos. Além disso, tanto o Estado quanto os capitalistas responsáveis tendem, regularmente, arrecadar para si grande parte da riqueza gerada (Saifi; Dagnino, 2011), assim sendo, são faltosos em redimensioná-la as populações amazônicas que, no que lhe concerne, resistem às situações problemáticas causados pela implantação e pela dinâmica dos empreendimentos (Bebbington *et al.*, 2018; Santos *et al.*, 2021; Fernandes; Moser, 2021).

A exemplo disso temos o desmatamento de áreas florestais e as poluições de solos, rios e lençóis freáticos (Vasconcelos; Ruivo; Lima, 2017). O desmatamento em grandes proporções na Amazônia, geralmente está relacionado às muitas ações da indústria madeireira e da agropecuária, neste último, em específico, a monocultura e a criação de gado (Prates; Bacha, 2011), pois, necessitam de extensas áreas desmatadas para cultivo e pastagem. Por outro lado, o desmatamento na Amazônia ocorre em pontos estratégicos, são lugares ou áreas destinadas à introdução de fábricas e à construção de estradas e rodovias (Sousa; Binsztok, 2012; Sá; Nascimento, 2012).

O desmatamento florestal amazônico também é uma realidade vinculada às atividades agrícolas de comunidades camponesas autóctones¹, porém, desenvolvido em menor escala, se comparado, com áreas de matas altamente devastadas para o agronegócio. Neste âmbito, dentre outras características, é percebido que a atividade agrícola campesina é de caráter familiar e de pequena escala destinada ao comércio local. Já o agronegócio, por sua vez, é de caráter puramente comercial e de grande escala, designado ao mercado internacional (Cortes *et al.*, 2020). Contudo, salienta-se que a extinção da vegetação nativa e a perda do habitat de animais

¹ Pessoa que nasceu na região ou no território que habita (Dicionário Online de Português), neste sentido, pessoas que nasceram e vivem no território amazônico.

e de plantas, estão dentre as principais consequências geradas pelo desmatamento (Rodrigues *et al.*, 2022),

Quanto as poluições de solos, rios e lençóis freáticos na Amazônia, é nítida a relação destes com a agropecuária e a mineração. Setores agropecuários, como a monocultura e a pecuária, contaminam o solo e a água por meio de fertilizantes, agrotóxicos e dejetos de animais, além disso, especialmente na monocultura há o empobrecimento do solo, devido o curto tempo estabelecido para a recuperação natural de seus nutrientes (Santos; Freitas, 2019). No que diz respeito à mineração, ela contamina o solo e a água, a partir da dispensação de metais pesados, além disso, a remoção do solo junto aos rios, propende aumentar a turbidez da água, impactando, dessa forma, a biodiversidade aquática (Freitas; Silva; Meneses, 2016; Bomfim, 2017).

Portanto, ao nível de efeito amplo, comum e desfavorável ao meio ambiente, pode-se destacar que as atividades descritas anteriormente tendem ocasionar redução da biodiversidade e desequilíbrio ecológico, fatores estes que, de alguma maneira propendem alterar o modo de viver dos camponeses amazônicos² que, dentre suas atividades compreendidas entre trabalho e lazer, praticam a agricultura familiar, o extrativismo vegetal, a caça e a pesca (Lima; Pozzobon, 2005).

Em síntese, considera-se que tanto a socioterritorialidade quanto a dinâmica dos recursos naturais na Amazônia, sofreram modificações abruptas, sobretudo, causadas pelo desenvolvimento de conglomerados capitalistas. Diante disso, com o intuito de continuarmos discutindo a respeito de questões relacionadas às transformações territoriais³ na Amazônia, nos deteremos a dissertar a respeito de alterações que estas causaram na atividade de pesca.

De modo geral, define-se como pesca, toda a atividade que têm por objetivos, apanhar, capturar ou extrair quaisquer espécies de peixes, crustáceos ou moluscos, dentre outros, em ambientes aquáticos (Brasil, 2009). Cabe relacionarmos a este conceito, a maneira pela qual a pesca é conduzida pelos seus praticantes, alguns a realizam manuseando equipamentos de pesca, outros não, contudo, para ambas as práticas são fundamentais o uso de habilidades e técnicas específicas (Moraes, 2005).

² Expressão utilizada pelo pesquisador Witkoski (2006), para denominar os habitantes que moram nas áreas de várzeas ou nas margens dos rios da Amazônia.

³ Utilizamos esse termo para designar os processos de territorialização que resultam numa “reestruturação social” em âmbito de conflitos entre grupos societários (Oliveira, 1998), neste sentido, buscamos compreender o processo de territorialização na Amazônia composto sobretudo por líderes de grandes projetos capitalistas e grupos de povos tradicionais, onde, no domínio do território, o primeiro impõem “pressão” sobre o segundo, dessa forma, reajustando os espaços, os quais poderão refletir-se em impactos territoriais e socioambientais.

Importa-nos destacar também que é diversificado o propósito finalístico da atividade de pesca. Neste sentido, muitos pescadores a realizam com a intensão de garantir a subsistência alimentar de suas famílias, outros a desenvolvem por esporte, demandas comerciais e científicas (Brasil, 2005). Na Amazônia, distintas atividades de pesca reverberam-se em segmentos socioeconômico e cultural, neste âmbito, entende-se que são indispensáveis à fonte de alimentos, à ocupação de mão de obra e à renda, tanto dos seus praticantes quanto dos demais que estão inseridos em sua cadeia produtiva, como atravessadores e balanceiros, que atuam, ora nas comunidades, ora nas cidades da região (Júnior, 2015; Corrêa *et al.*, 2018).

Envolvidos, indubitavelmente, à dominação pesqueira na Amazônia, estão os territórios pesqueiros, nos quais, assim como em outros lugares dessa região, são passíveis de conflitos socioterritoriais e impactos ambientais (Paula, 2018; Ferreira *et al.*, 2019). Muitos destes observados em locais adjacentes às barragens de hidrelétricas, onde, em virtude da elevada concentração de água, áreas de terra seca e de florestas foram parcialmente ou totalmente inundadas, causando a expulsão dos moradores e provocando impactos ambientais, bem como, alterando o curso d'água em rios a montante e a jusante das Usinas Hidrelétricas (Santana *et al.*, 2014; Fearnside, 2015).

Um outro movimento capitalista que, de qualquer maneira, afeta os territórios pesqueiros amazônicos, é conhecido como processo industrial de *commodities*. Seguimentos deste setor, como a mineração e a agropecuária expandiram-se consideravelmente pela Amazônia, em atividade, estes empreendimentos despejam no meio ambiente diversos rejeitos altamente nocivos à natureza, aos animais e aos seres humanos, além disso, são responsáveis, na maioria, pelo desmatamento de áreas florestais (Castro; Castro, 2022).

Verificamos tais situações no contexto da região do Baixo Tocantins, por meio de pesquisas já publicadas. Apesar de existirem poucos estudos sobre o assunto, constatamos que grandes empreendimentos econômicos instalados na região, têm provocado transformações socioterritoriais e socioambientais. São os casos, por exemplo, das monoculturas de dendê no município de Moju (Ferreira *et al.*, 2016) e de açaí em Igarapé-Miri (Almeida, 2020); Complexo Industrial Albras⁴/Alunorte⁵ e Porto da Vila do Conde no município de Barcarena (Rodrigues, 2019; Steinbrenner *et al.*, 2020; Farias, 2023), e; Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHT, na bacia do Rio Tocantins, em Tucuruí (Barros, 2015; Lopes, 2019).

⁴ Alumínio Brasileiro, S.A.

⁵ Alumina do Norte do Brasil, S.A.

À vista disso nos questionamos: como as transformações socioterritoriais ocorridas no território do Baixo Tocantins, alteraram a pesca artesanal nas comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba, Pará?

Neste sentido este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral analisar as alterações na pesca artesanal ocasionadas pelas transformações socioterritoriais nas comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba, Pará.

E, como objetivos específicos:

- Levantar perfil socioeconômico dos pesquisados;
- Identificar os tipos de atividade de pesca artesanal, abordando os apetrechos de pesca e o cotidiano pesqueiro, bem como, destacando possíveis mudanças ocorridas nos mesmos, a partir das percepções dos atores sociais envolvidos;
- Caracterizar a atividade de pesca de bloqueio realizada na abertura da pesca na comunidade Rio Sapucajuba, e;
- Retratar a importância econômica da pesca artesanal para a subsistência das famílias ribeirinhas, no contexto atual.

Justificamos a referida pesquisa, frisando que ao se conhecer parte das questões sociais, ambientais e territoriais que permeiam a Amazônia, estas nos levaram a refletir sobre as nossas próprias experiências e percepções de mundo adquiridas em convívio, em comunidades ribeirinhas no município de Abaetetuba, na Amazônia Tocantina. E, ao se fazer uma reflexão, a respeito disso, consideramos importante revisitar a história de vida desse pesquisador que vos escreve. Neste sentido, destinamos alguns parágrafos a seguir para situar ao leitor, quem fala e, as experiências que também o conduziram na escolha do objeto pesquisado (Mignolo, 2003).

Por muitos anos fui morador da comunidade ribeirinha Rio Doce, a qual está localizada na ilha Sapucajuba, no município de Abaetetuba, Pará. Nessa localidade aprendi desde cedo (criança) realizar diferentes atividades como, pescar, plantar, roçar, apanhar açaí, cuidar de plantas de quintal e animais de criação. Na época considerávamos – minha família e eu – determinante o desenvolvimento de tais atividades para a aquisição de alimentos e obtenção de renda, sendo a pesca a atividade cotidiana mais representativa, pois a realizávamos em torno de duas a três vezes por dia.

Contudo, com o passar do tempo, fomos percebendo que intensificávamos a prática de algumas atividades em detrimento de outras. Foi o caso, por exemplo, do agroextrativismo de açaí e da pesca artesanal, pois, investíamos mais tempo no preparo do terreno para o manejo de açaí, do que necessariamente, na atividade de pesca, visto que a produção de açaí gerava lucro,

diferente da pesca que já apresentava redução de produtividade, fato este, o qual, consoante os pescadores, local, estava associado ao crescimento populacional que demandava maiores consumos de pescado, à Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHT, que prendia os peixes em suas barragens e, à falta de fiscalização que abria espaço à pesca irregular.

Nesse contexto, ora trabalhando, ora estudando, atingi a faixa etária juvenil, porém, sempre ouvindo e vivenciando as perceptíveis questões que permeavam a pesca, contudo, nunca as levei a sério, pois, na época parecia não competir a mim fazer reflexões a respeito de transformações ocorridas no território da comunidade, assim como, no território do Baixo Tocantins. Contudo, esta forma de pensar mudou-se completamente a partir de contatos com professores e teóricos, muitos deles antropólogos e sociólogos, os quais direcionaram-me para outro olhar, o olhar do pesquisador, daquele que problematiza a realidade social, buscando via procedimentos e técnicas específicas, respostas objetivas aos problemas sociais, em particular, aos problemas da sociedade ou comunidade que se está a pesquisar.

Posto isso, digo-vos que aos 19 anos de idade, em 2013, conclui o Ensino Médio, e no ano seguinte passei a residir na cidade de Abaetetuba para fazer cursinho pré-vestibular. Já em 2015, ingressei na Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Universitário de Abaetetuba, através do Processo Seletivo Especial – PSE 2014-6, no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com Habilitação em Ciências Naturais. Abracei essa oportunidade, uma vez que, a proposta de formação, levar-me-ia desenvolver atividades no campo (meio rural), onde sempre mantive profundos vínculos identitários.

Na graduação fui bolsista produtor de iniciação científica (entre os anos 2016 e 2017) ligado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, e ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ambientes, Territórios e Interculturalidade – GEPIATI/UFPA, neste encadeamento trabalhávamos com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, e pesquisávamos a respeito dos “riscos à sociobiodiversidade no âmbito das dinâmicas climáticas: o universo dos povos tradicionais no Baixo Tocantins”, como produto de trabalhos de pesquisa, publicamos um boletim informativo de título “Cartografia da Cartografia Social. Uma síntese das experiências – Ribeirinhos da Ilha do Capim: frente aos grandes empreendimentos no Baixo Tocantins”⁶.

Através da cartografia social, os moradores da Ilha Capim, retrataram problemas de ordem social e ambiental, os quais, segundo eles, derivavam de efeitos de poluição e de rejeitos provenientes dos complexos industriais Albras/Alunorte e Vila do Conde, no município de

⁶ BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL: Uma síntese das experiências – Ribeirinhos da Ilha do Capim: Frente aos grandes empreendimentos no Baixo Tocantins. UEA Edições: Manaus/AM, n. 8, 2017.

Barcarena, na região do Baixo Tocantins. Neste sentido, por exemplo, dentre as principais alterações constatadas na pesca, estão, as recorrentes diminuições e desaparecimentos de espécies de peixes nos pesqueiros da região (Rodrigues, 2019, pp. 106-109). Tais questões observadas na Ilha Capim, pelo cenário comparativo, remeteram-me à comunidade Rio Doce.

Em 2017, ingressei no Curso Técnico em Aquicultura, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, Campus Abaetetuba, achava muito interessante formar-me como Técnico em Aquicultura, pois, esta profissão aproximar-me-ia daquela praticada durante a adolescência e juventude, a pesca, além disso, associava o cultivo de espécies aquáticas em cativeiro (aquicultura) à fonte de renda familiar e comunitária.

No ano de 2019, conclui os cursos superior e técnico, para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, da graduação, desenvolvi a pesquisa intitulada “Etnobotânica de plantas medicinais com atividade anti-inflamatórias: formas de preparo e usos, nas comunidades Rios Doce e da Prata, Abaetetuba, Pará”⁷, e para o curso técnico, a pesquisa intitulou-se “Avaliação bacteriológica de pescado fresco e salgado comercializados na zona urbana do município de Abaetetuba, Pará”. A realização desses trabalhos de pesquisa compreendidos entre comunidades ribeirinhas e cidade, junto às leituras e metodologias de pesquisa, levaram-me a refletir e a problematizar mais ainda as realidades desses meios.

Contudo, no ano de 2020, com o advento da pandemia, retornei de Abaetetuba à comunidade Rio Doce, para a casa de meus pais, onde, novamente, mantive contato direto com atividades desenvolvidas naquele local, e onde, questões relacionadas a pesca, ditas há anos, eram as mesmas, porém proferidas com mais intensidade pelos pescadores. Então, foi a partir desse período que nos propomos trabalhar com a temática relacionada aos impactos na pesca artesanal ocasionadas pelas transformações territoriais no município de Abaetetuba, e essa ideia culminou em um projeto para ingresso no mestrado, no segundo semestre de 2021, e consequentemente, neste trabalho de pesquisa.

Diante das referidas justificativas, enfatizo ainda que a realização de pesquisas em territórios pesqueiros de comunidades ribeirinhas, são de extrema importância para a síntese de informações atuais relacionadas a pesca e aos sujeitos que as pratica. Com isso, através dessa pesquisa, foi possível construir um banco de dados com informações mais recentes sobre a atividade pesqueira e, um balanço da dinâmica socioterritorial da pesca a partir da percepção

⁷ Desse trabalho de pesquisa produziu-se um artigo científico, o qual foi publicado na Revista Biodiversidade, Campo Grande. Referência bibliográfica da produção: LEAL, J. B., *et al.* Etnobotânica de plantas medicinais com potencial anti-inflamatório utilizadas pelos moradores de duas comunidades no município de Abaetetuba, Pará. **Biodiversidade**, n. 18, v. 3, pp. 110-125, 2019.

dos sujeitos pesquisados e observações. Além disso, tanto os pescadores, quanto as pescadoras, foram oportunizados a apresentarem suas realidades.

Quanto a estrutura dessa dissertação, para além da introdução e das considerações finais, encontra-se subdividida em três seções. Na seção I, abordamos a fundamentação teórica da pesquisa, na qual elencamos teóricos que se debruçaram-se na realização de pesquisas relacionadas à atividade de pesca na Amazônia, às transformações territoriais na região do Baixo Tocantins e, à espaço, comunidade e identidade.

Na seção II, apresentamos detalhadamente o percurso metodológico da pesquisa, neste sentido elaboramos, sob perspectivas bibliográfica e empírica, subseções concernentes ao local da pesquisa, ao método e tipo de pesquisa utilizada e, às técnicas de coleta e de análise dos dados. Por último, na seção III, apresentamos os resultados e discussão da pesquisa, nessa parte do texto expomos os principais resultados referentes aos objetivos da pesquisa.

2 SEÇÃO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Detalhamos nesta seção, o componente bibliográfico que fundamenta teoricamente a pesquisa. Neste sentido, inicialmente, no subtópico 2.1, fazemos uma breve introdução, apresentando alguns aspectos gerais da pesca artesanal no Brasil, em seguida, concentramos o texto, em teóricos com trabalhos de pesquisas no campo de temáticas relacionadas a: 2.2) Atividade de pesca na Amazônia e na região do Baixo Tocantins, autores: Santos, Jegú e Mérona (1984); Santos e Santos (2005); Furtado (2006); Santos (2011); Lira e Chaves (2016); Nahum e Ferreira (2019) e; Marques, Tavares e Copetti (2020); 2.3) Território e transformações territoriais na Amazônia, autores: Haesbaert (2004); Saquet e Silva (2008); Cruz (2012); Gondim e Monken (2017); Paula (2018) e; Ferreira *et al.* (2019), e; 2.4) Espaço: comunidade e identidade, autores: Harvey (2004); Hall (2005) e; Massey (2008).

2.1 Alguns aspectos gerais da pesca artesanal no Brasil

A pesca ou haliêutica (arte da pesca), também conhecida como atividade extrativista, é de suma importância para o ser humano, pois, o mesmo a utiliza como estratégia de sobrevivência. Homens e mulheres, a partir de equipamentos e técnicas específicas de pesca, preparam armadilhas em rios, lagos, baías e mares, com o intuito de capturar espécies de peixes e crustáceos adequados à alimentação (Vieira *et al.*, 2019; Wagner; Silva, 2020).

Na América Latina, especificamente no Brasil, pesca-se com frequência. Tal fato é comum, porque, a extensão litorânea do País é gigantesca, além disso, há também volumosas bacias hidrográficas como os Rios Amazonas e Tocantins, os quais acomodam elevado estoque de espécies aquáticas, importantes para a nutrição dos brasileiros (Zacardi, 2015; Silva; Assumpção; Kligerman, 2020).

Em 2019, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO realizou um estudo que revelou que o país possuía, ao menos, cerca de um milhão de pescadores artesanais, somando até 60% da produção nacional de pescados. O estudo apontou ainda que, entre os anos 2013 e 2017, a produção de pescados nos estuários, lagoas e baías se aproximou de 560 mil toneladas (Brasil, 2019).

Na Amazônia Legal, cujo território ocupa cerca de 58,9% do espaço geográfico brasileiro (IBGE, 2020), a pesca, principalmente a artesanal, assume grande importância socioeconômica e cultural. Isto se dá, especificamente, por constituir uma fonte indispensável

de alimento, ocupação de mão-de-obra e de renda para a população, especialmente, para as comunidades ribeirinhas (Junior, 2015; Corrêa *et al.*, 2018).

Como parte integrante desse contexto, encontra-se o desenvolvimento da pesca no território paraense, responsável por uma pauta diversificada de espécies de pescados, como a pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*), o mapará (*Hypophthalmus spp*), o dourado (*Brachyplatystoma flavicans* (B. rousseauxii)) e o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) (Santos, 2005; Brasil, 2016; Conceição *et al.*, 2020).

De acordo com Zacardi, Saraiva e Vaz (2017), nos anos 2009 e 2011, a pesca artesanal representou cerca de 80% do pescado desembarcado no estado do Pará. Para este cenário, os pescadores artesanais desenvolvem suas atividades de pesca combinando objetivos de subsistência e comerciais, além disso, empregam embarcações de pequeno e médio porte, geralmente de madeira com propulsão motorizada, ou não (Natividade; Silva; Nascimento, 2019).

Ademais, os equipamentos de pesca ou apetrechos de pesca são produzidos manualmente pelos pescadores e pescadoras em suas localidades (Wagner; Silva, 2020) ou comprados nas sedes dos municípios. A escolha do material de pesca depende da espécie e do tamanho de peixe que se deseja capturar. E, dentre os objetos, estão as redes de emalhar, de arrasto, a linha de mão e os espinheis (Paula, 2018).

2.2 Atividade pesqueira na Amazônia e na região do Baixo Tocantins

A pesca, em âmbito amazônico, tem seus feitos milenares, regularmente centenas de amazônidas a usa com o objetivo de explorar os recursos pesqueiros⁸. Neste contexto, destacam-se alguns fatores que são responsáveis por impulsionar os indivíduos à prática da atividade de pesca, dentre eles, a alimentação, o comércio e o lazer (Santos; Santos, 2005).

Em se tratando de populações que realizam quaisquer atividades de pesca na Amazônia, os ribeirinhos⁹ são os sujeitos que mais as representam, uma vez que estes utilizam o rio e seus tributários (afluentes) como componentes-base para a constituição de seus modos de vida e produção, bem como suporte identitário e cultural (Lira; Chaves, 2016). Contudo, é importante frisar que os conhecimentos prévios acerca da atividade de pesca na Amazônia não foram instituídos inicialmente pelos ribeirinhos, e, sim, pelos indígenas.

⁸ Para Viana (2013, p. 45), “Os recursos pesqueiros compreendem as espécies de peixes, moluscos e crustáceos, entre outras, que são exploradas economicamente pela pesca”.

⁹ Habitantes que residem às margens dos pequenos ou dos grandes rios da Amazônia.

A pesca é uma prática que vem sendo desenvolvida por séculos na Amazônia, primeiramente pelos indígenas e logo após pelos ribeirinhos, todavia sempre tomando como referência os hábitos da pesca indígena, aprimorando os utensílios e adequando-os as suas necessidades de maior produção por tempo disponível à atividade (Lira; Chaves, 2016, p. 74).

A colocação das autoras na referida citação é compatível com os resultados de pesquisa sobre as origens pluriétnicas da pesca na Amazônia, apresentados pela pesquisadora Lourdes Furtado (2006). Neste estudo, os povos indígenas são retratados como os primeiros habitantes da região amazônica, desenvolvendo seus modos de vida ligados à natureza, sendo a pesca uma de suas principais atividades de subsistência. Os ribeirinhos, por sua vez, intensificaram tal prática. Nessa perspectiva, eles aprimoraram os equipamentos de pesca utilizados pelos índios e, como consequência, elevaram o “grau” de exploração dos recursos pesqueiros.

Destaca-se que, no processo de ocupação do espaço amazônico, os ribeirinhos ganharam maiores proporções a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, centenas de nordestinos deslocaram-se de sua região para trabalharem no ciclo da exploração do látex na Amazônia, porém, a partir de 1910, com o declínio da produção da borracha, os nordestinos ficaram sem trabalho e, por conseguinte, sem recursos financeiros para voltar à sua terra natal, então, resolveram espalhar-se pela Amazônia, fixando moradias às margens dos rios da região (Nahum; Ferreira, 2019, pp. 55-59).

Nesse contexto, Nahum (2019), citado por Nahum e Ferreira (2019), entende que a sociedade ribeirinha é caracterizada como uma sociedade que tem o seu:

Modo de vida construído no sistema e várzea e em torno dos rios, as atividades de criar, cultivar extrair, produzir, o culto, a cultura, em suma, os saberes e fazeres são abordados a partir de processos de adaptabilidade do rio aos moradores e dos moradores aos rios (Nahum; Ferreira, 2019, pp. 41-42).

Portanto, em conformidade com a citação posta, é possível afirmar que os ribeirinhos projetaram seus modos de vida e desenvolveram estratégias de sobrevivência mediante os recursos que os rios tinham a lhe oferecer, neste sentido, a pesca assume grande destaque na dinâmica das comunidades ribeirinhas, pois os rios amazônicos, como os rios Solimões e Tocantins, abrigam uma vasta biodiversidade de espécies de peixes, que potencializam a atividade pesqueira.

Santos e Santos (2005, p. 167) acentuam que “ainda não se conhece com exatidão o número de peixes que ocorrem na Amazônia, mas as estimativas mais citadas vão de 1,5 a seis mil espécies”. De acordo com dados recentes publicados pelo Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, habitam na bacia amazônica, mais de 2.400 espécies da ictiofauna¹⁰, não levando em consideração toda a extensão da Amazônia, pois há áreas que ainda não foram pesquisadas (ICMBIO, 2021, p. 2).

De outra forma, mas não deixando de enaltecer a riqueza de espécies aquáticas, em especial, aquelas propícias às atividades de pesca, Barthem e Fabré (2003), em um estudo sobre biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia, descreveram que:

A pesca na região amazônica se destaca em relação às demais regiões brasileiras, tanto costeiras quanto de águas interiores, pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população tradicional a esta atividade (Barthem e Fabré, 2003, p. 11)

Na região do Baixo Tocantins, o desempenho pesqueiro restringe-se às atividades de pesca compreendidas como pesca artesanal (Marques; Tavares; Copetti, 2020). Para Silva e Leitão (2012), a categoria de pesca artesanal se diferencia da pesca industrial em termos de redução ou ausência de mecanização nos processos de atividade de pesca, além disso, a pesca artesanal é caracterizada pela presença de embarcações e materiais de pesca de pequeno porte.

Contudo, é importante destacar que, apesar deste tipo de pesca possuir características inferiores à pesca industrial, ela é responsável, em grande parte, pelo abastecimento de pescados tanto nas comunidades, quanto nas cidades da região tocantina. Em conformidade com Santos e Santos (2005), é difícil mensurar a quantidade exata de pescados oriundos da pesca artesanal na Amazônia, pois são muitos os pescadores e pescadoras que a praticam.

Além da quantidade de pescados, leva-se em consideração a diversidade de peixes da ictiofauna tocantina. De acordo com estudos feitos a esse respeito, existiam, em 1984, cerca de 300 espécies de peixes comerciáveis, distribuídos entre 26 gêneros e 34 famílias, sendo os grupos Characiformes, Siluriformes e Ciclídeos os de maiores domínios (Santos; Jegú; Mérona, 1984). Já passados 20 anos depois de 1984, realizou-se uma nova pesquisa sobre a ictiofauna do Baixo Tocantins, onde foi detectado um total de 217 espécies, 13 ordens e 42 famílias (Santos *et al.*, 2004).

Em um novo levantamento integrado de dados sobre a biologia de peixes na região do Baixo Tocantins, Silvano *et al.* (2009), em pesquisa com 300 pescadores dos diversos lugares da região a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHT, identificaram que a principal mudança ocorrida após a estruturação da barragem foi, justamente, a diminuição excessiva no quantitativo de peixes.

¹⁰ Espécies de peixe que vivem em determinada região.

De acordo com este levantamento, um total de 73 espécies sofreram redução, desse montante, nem todas foram identificadas a partir das nomenclaturas populares. Dentre os peixes mais citados estão: “o jaraqui (*Semaprochilodus brama*), a pratiqueira (*Mugil incilis*), a pirabanha (*Brycon falcatus*), a pirapitinga (*Piaractus brachypomus*) e o pacu manteiga (*Mylossoma duriventre*)” (Silvano *et al.*, 2009, p. 4).

Portanto, pode-se depreender que no início dos anos 2000, houve uma certa readequação negativa na quantidade de algumas espécies de peixes existentes na região do Baixo Tocantins, fato este que, dentre outros agentes, está associado à implantação e ao funcionamento da UHT, a partir da década de 1970. Neste sentido, Santos (2011) enfatiza que:

O contexto da pesca artesanal no baixo Tocantins é marcado por uma crise prolongada, provocada, entre outros fatores, pela implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí e os impactos socioambientais decorrentes da formação da barragem no rio Tocantins, especialmente para as populações ribeirinhas que viviam à jusante da hidrelétrica (Santos, 2011, p. 155).

Tendo em vista que a implantação da UHT, impactou o setor pesqueiro na região tocantina, algumas comunidades ribeirinhas, em resistência a este contexto, projetaram acordos entre si, especialmente, acordos de pesca (Simões *et al.*, 2014). Através de tais acordos, objetivavam respeitar os estágios de reprodução e de crescimento das espécies aquáticas, preservando os estoques pesqueiros e proporcionando abundantes capturas de peixes em época adequada.

2.3 Território e transformações territoriais na Amazônia

Em ciências sociais e humanas utiliza-se o termo território para designar aqueles espaços geográficos de interação entre seres humanos e, entre seres humanos e natureza (Saquet; Silva, 2008; Gondim; Monken, 2017), neste sentido, pode-se depreender que o território é inerente ao espaço, ou seja, intrínseco às ações coletivas formadas pelos diversos atores que, dentre outros fatores, primam pelo controle e pela obtenção dos recursos naturais¹¹.

De outra maneira, destacasse que o termo território pode ser definido tanto como espaço geográfico e de representação, quanto funcional e simbólico (Haesbaert, 2004). É funcional, porque seus habitantes, a partir de pequenos e médios empreendimentos, utilizam o espaço

¹¹ Para Lima (2012, p. 112) dá-se a nomenclatura recursos naturais para designar os elementos da natureza passíveis de valores econômicos e comerciais.

geográfico para a realização de atividades voltadas ao extrativismo, a agricultura e a criação de animais.

Por outro lado, quando se define o espaço pelo significado que este tem para os seus habitantes, tal como moradias, valores e saberes, o mesmo transita de sentido funcional para sentido simbólico, “pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. ” (Haesbaert, 2004, p. 3).

Para Cruz (2012) a definição de espaço, perpassa pela organização coletiva dos atores envolvidos, neste sentido, afirma-se que a existência do espaço como objeto de apropriação dá-se a partir da interação dos sujeitos às características morfológicas desse espaço. O autor ainda afirma que, o espaço está para além de um suporte físico e social, ele representa um código cultural, pois, é no espaço físico, determinado pelas territorialidades, que se firmam as interações sociais e suas múltiplas atividades, as quais se desdobram em sentidos simbólicos e, por conseguinte, configurando-se em código cultural (Cruz, 2012).

Contudo, é indiscutível que exista desde a colonização brasileira e, mais precisamente na atualidade, uma acelerada exploração dos recursos naturais, animais e vegetais, fomentada pelo grande capital, em determinados territórios rurais. Porém, tal abuso à natureza acaba também por afetar as comunidades humanas que são formadas nesses meios, dessa forma, desrespeitando-as ao prejudicarem o meio ambiente e causarem diversos conflitos territoriais (Lira; Chaves, 2016).

No espaço amazônico, os territórios legalmente destinados a atividade pesca pertencem a ambientes de disputas, de conflitos territoriais e de impactos ambientais. São áreas de disputas assimétricas, já que para os atores externos – aqueles que detém a força do capitalismo – inexistem pessoas ou comunidades tradicionais em territórios que são favoráveis a empreendimentos econômicos, pois, os próprios apenas se importam em acessar os recursos naturais e explorá-los, desconsiderando completamente as territorialidades antes presentes (Paula, 2018; Ferreira *et al.*, 2019).

Uma vez estabelecidos os grandes empreendimentos, são evidentes suas implicações decorridas das interações dos projetos “desenvolvimentistas” sobre o território, originando os impactos ambientais. Visto que a poluição da água, do solo e do ar, provenientes do processo de industrialização, pecuária e monocultura intensiva provocam efeitos negativos nos ambientes e, conseqüentemente, desequilíbrios ecológicos. Neste contexto, muitos locais onde se encontram as comunidades ribeirinhas que desenvolvem a agricultura sustentável e a pesca artesanal tendem a desassomar (Santana *et al.*, 2014; Lopes, 2019; Rosa; Lima, 2020).

2.4 Espaço: comunidade e identidade

Dentre as características já mencionadas no subtópico anterior sobre o espaço, importa destacar que, é no espaço que coincidem trajetórias e subjetividades espaciais, pelo que não é possível concebê-lo como simples representação ou sistema fechado. Nas palavras de Massey (2008, pp. 94-95), o espaço é “aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir”. Como aprofunda esta autora:

Assim como o tempo não pode, de maneira adequada, ser conceituado sem um reconhecimento das multiplicidades (espaciais) através das quais ele é gerado, também o espaço não pode ser imaginado, de forma adequada, como a estase de uma instantaneidade sem profundidade, totalmente interconectada. Qualquer suposição de uma instantaneidade fechada não apenas nega ao espaço o aspecto essencial de seu próprio constante devir como nega, também, ao tempo sua própria possibilidade de complexidade/multiplicidade. Ler a interconectividade como a instantaneidade de uma superfície fechada (a morada-prisão da sincronia) é, precisamente, ignorar a possibilidade de uma multiplicidade de trajetórias/temporalidades (Massey, 2008, p. 119).

Relativamente à concepção espacial, importa igualmente distinguir espaço público de espaço privado. Desse modo, o espaço público é o espaço contínuo e em rede, de uso permanente e complexo enquanto o espaço privado é fragmentado, de uso temporário, agregado e monofuncional. Além disso, os espaços públicos urbanos abrangem os espaços abertos de domínio e usos públicos como zonas verdes e rede viária enquanto os espaços privados são de uso, propriedade ou posse privados (Martins, 1996).

O espaço público, seja em contexto rural ou urbano, vem sendo sujeito a mudanças estruturais, econômicas, culturais e identitárias. A pós-modernidade permite debater e compreender as características e o sentido seguido nas cidades e, em particular nas práticas espaciais. Na abordagem cultural, arquitetônica e identitária da cidade, Harvey (2004) defende que a pós-modernidade é representada pela negação à modernidade, uma vez que se configura pela “total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico” (Harvey, 2004, p. 49).

Desse modo, as relações sociais, culturais, identitárias e econômicas são caracterizadas como efêmeras, fragmentárias e descontínuas por não existir uma sequência lógica e histórica dos acontecimentos com começo, meio e fim, mas antes, uma lógica hipertextual ou não linear. Além disso, a pós-modernidade se caracteriza por ser caótica, em termos arquitetônicos, por não apresentar estruturas padronizadas de habitações, estabelecimentos comerciais, espaços públicos e privados delimitados e compreendidos por toda a população.

Relembramos a propósito a ideia de Bauman (1999) que entendia a existência moderna ser fundada na dicotomia apresentada entre dois estados opostos: a ordem e o caos. Assim, a ordem seria o propósito, o objetivo social através do discernimento da ambivalência. Nesse sentido, Bauman explica:

A construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado — a deslegitimação do outro. Na medida em que a ânsia de pôr termo à ambivalência comanda a ação coletiva e individual, o que resultará é intolerância — mesmo que se esconda, com vergonha, sob a máscara da tolerância (o que muitas vezes significa: você é abominável, mas eu sou generoso e o deixarei viver) (Bauman, 1999, p. 16)

A modernidade, ao contrário das formas pós-modernas, é mobilizada pela especialização e pela reflexividade e, geralmente se norteia para o aprimoramento e a eficácia contínuos. Assim, quanto mais um problema se constitui como estímulo, mais as áreas conexas do conhecimento são negligenciadas, pelos indivíduos que dele se ocupam (Giddens, 2002).

No mundo contemporâneo, pós-moderno, a estética prevalece sobre a ética, e ela é moldada pelos valores comerciais e econômicos regidos pelo processo de globalização. Por isso, “o pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado” (Harvey, 2004, p. 65). Nesse sentido, se estabelece entre as duas perspectivas, a dicotomia entre ética e estética.

Na pós-modernidade, ou também chamada alta modernidade, a dialética entre o local e o global são responsáveis pelas transformações na auto-identidade. Assim, as mudanças identitárias ao nível pessoal se devem ao estabelecimento de conexões sociais em contexto global (Giddens, 2002). Neste sentido, Hall (2005, p. 7) considera que se encontram em declínio “as velhas identidades que, por tanto tempo estabilizaram o mundo social, [...], fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”.

A “crise de identidade” do sujeito pós-moderno é explicada por Hall (2005) pelas mudanças constantes, rápidas e permanentes na sociedade, na cultura e na tecnologia, para além, da própria individualidade. Desse modo, estas seriam a principal diferença entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas.

Nesse sentido, quando pensamos em comunidade, estamos indubitavelmente a pensar em um mundo inalcançável ou que desapareceu, mas no qual gostaríamos de viver. Trata-se de uma comunidade imaginada ou desejada que se alimenta entre a realidade e o idealizado. Nas palavras de Bauman, trata-se de uma comunidade que “exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição” (Bauman, 2003, p. 9).

Daí que o sujeito se distingue daquele que se caracteriza a partir da sua relação com os outros indivíduos e com a crescente complexidade do mundo moderno, onde as pessoas participam na construção de “valores, sentidos e símbolos” (Hall, 2005, p. 11). Dessa forma, o sujeito moderno se caracteriza pela sua identidade unificada e estável, enquanto o sujeito pós-moderno experimenta sua fragmentação e é composto por várias identidades, as quais são, por vezes, contraditórias entre si, ou mesmo, não resolvidas (Hall, 2005).

Por isso, perante o fenômeno de globalização econômica, consideramos a presença do não hegemônico quando tratamos da pós-modernidade. É, por conseguinte, o inconformismo que explica o não hegemônico. Este está em toda a parte carregando a crítica e a utopia, lutando contra a injustiça social e o fatalismo e conseqüentemente a desordem (Pidner, 2010).

Fez-se uso da discussão teórica deste subtópico nos resultados da pesquisa sobre “atividade de pesca de bloqueio desempenhada pelos pescadores da comunidade Rio Sapucajuba, na abertura da pesca, no município de Abaetetuba, Pará”, a qual encontra-se no subitem 4.3 da seção “Resultados e discussão”.

3 SEÇÃO II – METODOLOGIA

Apresentamos nesta seção, o percurso metodológico da pesquisa. Neste sentido, primeiramente, retratamos o local onde a pesquisa foi realizada, em seguida, descrevemos que se trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com método de investigação do tipo estudo de caso, cujas às técnicas de coleta de dados empregadas foram o formulário de perguntas semiestruturadas e a observação participante, por último, descrevemos que os dados obtidos foram tabulados e analisados mediante à técnica de análise de conteúdo.

3.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Abaetetuba (latitude Sul – 01°43’24” S e longitude Oeste – 48°52’54” W). A região de Abaetetuba pertence à mesorregião do nordeste paraense e microrregião de Cametá, e está localizada a cerca de 60 km da capital Belém. Sua área territorial é de 1.610.554 km², além disso, estima-se que haja 160.439 habitantes distribuídos por todo seu território (IBGE, 2021).

Território esse constituído por regiões de terra firme, ilhas e várzeas, sobretudo, por ilhas e várzeas (Coutinho, 2018, p. 34) as quais são limitadas por rios, dentre eles, os rios: “Maratauirá, Arapapu, Acaraqui, Piquiarana, Tucumanduba, Caripetuba, Xingu, além de outros” (Barros, 2009, p. 154), onde, por centenas de anos, habitam ribeirinhos e quilombolas (Diegues *et al.*, 2000).

Dentre algumas atividades econômicas de maior relevância desenvolvidas no município de Abaetetuba, estão, a pesca (especialmente a pesca artesanal) e o agroextrativismo de açaí. No que diz respeito a produção pesqueira, desembarcam-se nas feiras livres e no Mercado Municipal de Abaetetuba, uma média de 8 a 10 toneladas de pescados por dia, parte dessa produção é consumida em Abaetetuba (cidade) e parte, é comercializada em outros municípios paraenses próximos à Abaetetuba, como Moju, Igarapé-Miri, Barcarena e Belém (Barros, 2009; Fontes *et al.*, 2018).

O fruto de açaí, por sua vez, é bastante apreciado pela população abaetetubense, com colheita entre os meses de julho a dezembro, parte de sua produção é destinada para consumo do lar e outra para a comercialização, sendo esta última, realizada principalmente entre os meses de agosto e outubro (Negrão; Maneschy; Barbosa, 2022, p. 76). A alta demanda por açaí nos mercados e lares da região, está relacionada à sua qualidade nutritiva e energética, refletindo-

se, dessa forma, em sua valorização econômica (Santana; Carvalho; Mendes, 2006; Yamaguchi *et al.*, 2015).

3.1.1 Comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Marataúira

As comunidades ribeirinhas Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Marataúira representam o recorte geográfico de realização da pesquisa de campo no município de Abaetetuba (Figura 1). O acesso às comunidades dá-se regularmente por meio aquático, dessa forma, utilizam-se meios de transporte como, barcos, rabetas e voadeiras, para deslocar-se por dentre os rios.

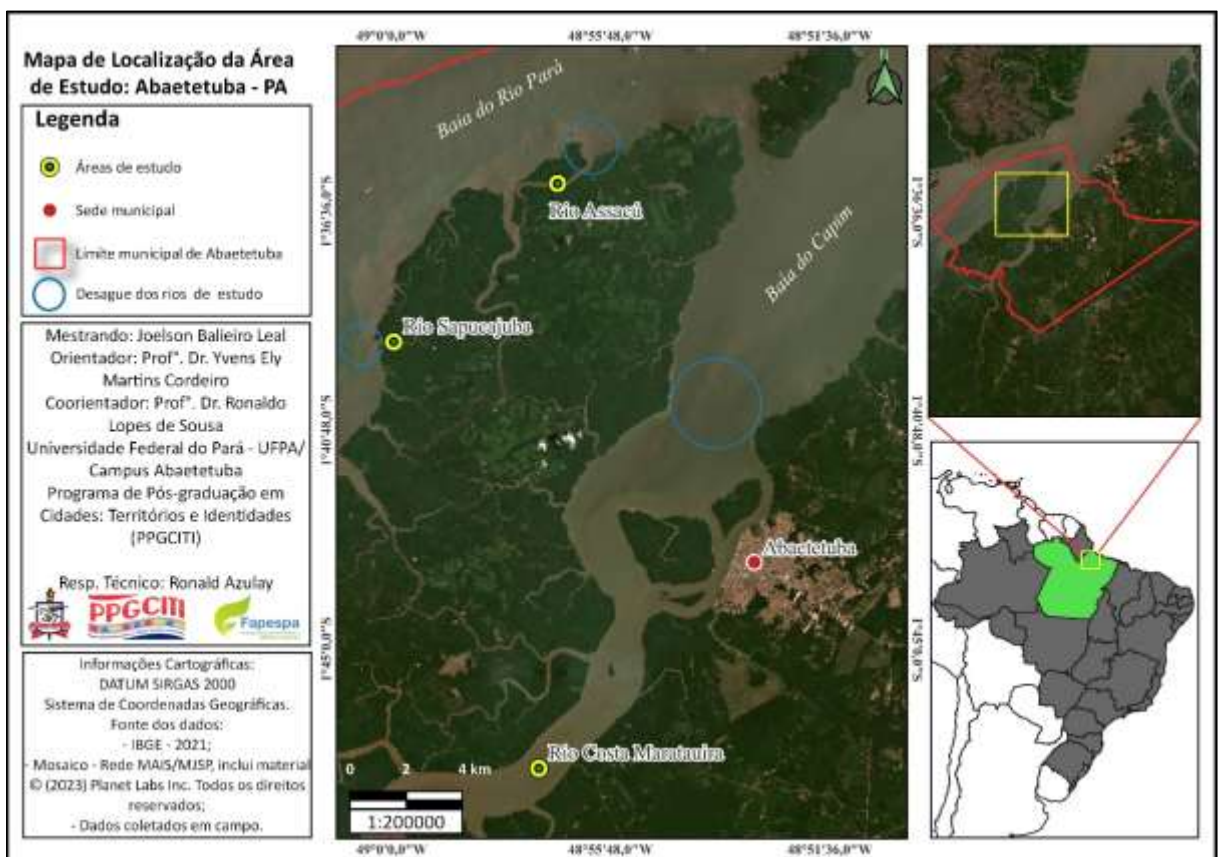


Figura 1 - Mapa de localização das comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Marataúira, no município de Abaetetuba, Pará. Fonte: autores (2023).

Geralmente, nos percursos fluviais que seguem de quaisquer portos da orla da cidade de Abaetetuba até às comunidades pesquisadas, registra-se um tempo de viagem que pode variar de 45 minutos a 1,5 horas, essa variação de tempo depende da embarcação, pois, em viagens de voadeira, o tempo registado no percurso é menor que em viagens de barco ou rabetas para o mesmo destino.

A escolha das comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá como locais específicos da pesquisa, foi estratégica quando pensamos em nosso objeto de pesquisa, pois estas comunidades fazem parte de uma região que está sob forte influência de núcleos urbanos municipais, complexos portuários e empresas altamente capitalistas, e onde, mudanças socioterritoriais e socioambientais são observadas com frequência (Farias, 2023) impactando inclusive atividades milenares como a pesca artesanal e a agricultura (Rodrigues, 2019).

Ao refletirmos acerca desse pressuposto levamos em consideração a localização geográfica das comunidades, destacando seus respectivos rios em relação as baias Capim e Rio Pará. Neste âmbito retrata-se que enquanto os Rios Assacú e Sapucajuba (Figura 2, A e B) desaguam na baía do Rio Pará, o Rio Costa Maratauirá (Figura 2, C) desagua na baía do Capim (assim descrito na Figura 1). Faz-se questão de mencionar esse dado geográfico, pois, são nessas baias que os pescadores que residem nas comunidades em questão realizam com frequência suas atividades pesqueiras.

A**B**



Figura 2 – (A) foz do Rio Assacú na baía do Rio Pará, (B) foz do Rio Sapucajuba na baía do Rio Pará e (C) curso do Rio Costa Maratauirá. Fonte: pesquisa de campo (2022)

Para além dos ambientes de pesca, há nas baias Capim e Rio Pará, constantes fluxos de embarcações transportando pessoas e mercadorias, algumas transitando entre complexo portuário da Vila do Conde (município de Barcarena), cidade de Abaetetuba e Vila Maiuatá, outras, entre os municípios de Cametá, Igarapé-Miri, Muaná, Ponta de Pedras e Belém, dentre outros. Destaca-se que as muitas embarcações que permeiam os ambientes de pesca podem provocar, através da poluição, mudanças no desempenho pesqueiro, pois, grande parte de seus tripulantes e passageiros descarta lixo na água, principalmente embalagens plásticas, além do mais, no mesmo corpo d'água, são emitidos fortes ruídos dos motores das embarcações.

Por outro lado, salienta-se que, em se tratando da região do Baixo Tocantins, especialmente onde está localizado as comunidades pesquisadas, poderão existir interferências externas, uma vez que, são áreas a jusante da UHT. Em Tucuruí, e próximas às mineradoras Albras/Alunorte, no município de Barcarena, tais empreendimentos têm provocado diversas transformações socioterritoriais e ambientais em diferentes comunidades da região (Lopes, 2019; Rodrigues, 2019; Farias, 2023), as quais ligadas à natureza desenvolvem atividades de base familiar, como a agricultura e a pesca.

A esse respeito, as comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá possuem como principais atividades econômicas, a pesca artesanal¹² e o manejo de açaí, além dessas atividades, existem outras, porém, ligadas ao comércio (mercearias), às lavouras e à criação de animais. A licitude pesqueira nas comunidades, bem como, em todo o território do Baixo

¹² De acordo com Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no seu artigo 8º, Inciso II, a atividade de pesca é artesanal quando praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção própria ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (Brasil, 2009).

Tocantins, ocorre no período que se estende de março¹³ a outubro, por outro lado, dentre os meses de novembro a fevereiro são proibidas quaisquer atividades de pesca, pois, corresponde ao período do defeso (IBAMA, 2022), no qual diversas espécies de peixes da ictiofauna tocantina encontram-se em processo de reprodução e crescimento.

O manejo ou colheita de açaí (safra) inerente às comunidades relacionadas, é oportuno no verão amazônico, ou seja, entre os meses de julho a dezembro, por outro lado, a pós-colheita (entressafra) ocorre no período do inverno amazônico (janeiro a junho). Em tempos de colheita de açaí, é comum cada produtor retirar uma porção, considerada maior, para à venda, e outra, de menor proporção, para à alimentação. Ressalta-se que a produção do fruto destinada ao comércio, é distribuída à atravessadores¹⁴ nas próprias localidades.

A respeito de trabalhos que acontecem nos açazais (monocultura de açaí). As atividades da entressafra se diferenciam daquelas que ocorrem na safra, uma vez que, não se coleta mais o fruto de forma intensiva. Neste sentido, é comum na entressafra a derruba de palmeiras de açaí, principalmente, daquelas que estão em excesso e/ou de porte físico elevado, com isso, através dessa atividade, os produtores cuidam do açazal e, ao mesmo tempo, obtêm renda mediante à venda dos palmitos¹⁵ adquiridos.

É importante destacar que grande parte dos produtores que realizam manejo de açazal nas comunidades em estudo, não possuem suporte técnico algum. Tais informações, também foram observadas em pesquisa sobre manejo de açazal nas ilhas do município de Abaetetuba, os pesquisadores Negrão, Maneschy e Barbosa (2022, p. 81) identificaram, segundo relatos de entrevistados, a ausência de assistência técnica para a realização do manejo adequado de açazal.

Quanto à infraestrutura das comunidades ribeirinhas em questão, predominam residências de madeira fixadas as margens dos rios (Figura 3), muitas delas ligadas em si por pontes ou caminhos.

¹³ No primeiro dia desse mês é realizada a abertura da pesca no município de Abaetetuba, a respeito disso, organizamos um artigo de título “ Comunidade e Identidade na abertura da pesca de bloqueio no município de Abaetetuba, Pará”, o qual foi submetido a *Revista Margens*, e encontra-se em análise.

¹⁴ Compradores de açaí com destino às fábricas, maquinários e feiras.

¹⁵ “O Palmito é a parte cilíndrica localizada na extremidade superior do estipe (tronco), que é envolvida pela bainha das folhas. É denominada gema apical e é responsável pelo desenvolvimento da palmeira. [...] apresenta-se como elemento cultural, social e econômico das diversas sociedades ou grupos sociais, que vivem na região dos trópicos” (Mourão, 2010, p. 89).



Figura 3 – Residências ribeirinhas na comunidade Rio Sapucajuba. Fonte: pesquisa de campo (2022).

A água para consumo das famílias locais, tornasse apropriada, após passar pelo processo de tratamento que acontece nas próprias residências, para isso, os ribeirinhos armazenam a água do rio em caixas d'água, em seguida, depositam hipoclorito de sódio ou sulfato de alumínio para a purificar. O hipoclorito de sódio é distribuído às famílias pelos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, e o sulfato de alumínio é adquirido ao ser comprado nas grovetes ou farmácias localizadas na cidade de Abaetetuba.

3.2 Método de pesquisa

Ao refletirmos acerca do problema de investigação, ou seja, ao pensarmos a respeito de como as transformações ocorridas no território do Baixo Tocantins, alteraram a pesca artesanal nas comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba, estávamos levando em consideração o encaminhamento de uma pesquisa, e isso, exigiu que recorrêssemos a escolha de procedimentos sistemáticos e lógicos, bem como, entendêssemos que uma pesquisa requer um passo a passo, a começar pela aferição do tema, seguida de elaboração do problema, até a apresentação dos resultados (Andrade, 2001, p. 121; Gil, 2007, p. 17).

A respeito disso, Macarringue, Bolfe e Fumo (2020, p. 67), acentuam que: “o desenvolvimento de uma pesquisa é um processo de diversas etapas, desde a concepção do tema até a divulgação dos resultados. Todo esse percurso depende da metodologia seguida e do método escolhido. Isso pressupõe um planejamento antecipado”.

Neste sentido, para desenvolver esta pesquisa optamos pela metodologia de abordagem qualitativa (Moreira, 2011; Silva *et al.*, 2018). Em pesquisas, cuja metodologia é qualitativa: o pesquisador torna-se elemento chave; os dados são obtidos diretamente no ambiente; dispensa métodos estatísticos; possui caráter descritivo e; a abordagem não focaliza somente nos

resultados, mas na pesquisa em si e seus significados (Godoy, 1995; Gerhardt; Silveira, 2009; Silva *et al.*, 2018), dessa forma, foi possível realizarmos, de modo afino, uma leitura mais esclarecedora do objeto em estudo.

De acordo com Zanelli (2002, p. 83), a pesquisa qualitativa tem como escopo, “buscar entender o que as pessoas apreendem ao perceberem o que acontece em seus mundos”, em vista disso, buscou-se através da pesquisa qualitativa, analisar as percepções dos pescadores e das pescadoras acerca da atividade de pesca nas comunidades ribeirinhas Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauíra.

Quanto a forma de abordagem da pesquisa. Existem diferentes possibilidades para se trabalhar com a metodologia qualitativa, dentre elas, a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia (Godoy, 1995, p. 21). Em vista disso, ao fazermos relação do objeto de estudo com os tipos de abordagens supracitados, optamos por escolher o estudo de caso, pois, entendemos que a pesquisa a respeito de possíveis alterações na pesca e em ambientes de pesca de comunidades ribeirinhas, requer um estudo aprofundado, de modo que admita que tenhamos um conhecimento mais detalhado. Nestes termos, o estudo de caso mostrou-se adequado ao desenvolvimento da pesquisa.

Para Godoy (1995, p. 25) “o propósito fundamental do estudo de caso (como tipo de pesquisa) é analisar intensivamente uma determinada unidade social”, dessa forma, a pesquisa deteu-se em analisar a unidade social formada por pescadores e pescadoras artesanais ribeirinhos das comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauíra.

Apesar de ser um caso único, valeu-se da amplitude e relevância do caso, em um contexto decisivo e revelador (Yin, 2005), como o observado na região do Baixo Tocantins, onde encontram-se as comunidades ribeirinhas pesquisadas. Nessa região é perceptível as transformações territoriais ocasionadas pela instalação de grandes empreendimentos econômicos, os quais têm provocado sérios impactos ambientais e socioterritoriais, bem como, alterações na atividade de pesca (Lopes, 2019; Rodrigues, 2019; Farias, 2023).

3.3 Técnicas de coleta dos dados

Em processos metodológicos de pesquisas científicas, a seleção e a aplicação de instrumentos de coleta de dados, são atividades necessárias para que se tenha à disposição, um conjunto aprofundado de informações peculiares ao objeto pesquisado. Sob outra perspectiva, é por meio de técnicas de coleta de dados que se obtém informações esclarecedoras a respeito, tanto do objeto, quanto da problemática pesquisada (Silva *et al.*, 2018).

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), existem pelo menos oito (8) técnicas de coleta de dados, dentre elas o formulário e a observação, ambos selecionados para esta pesquisa. A seleção de tais instrumentos de pesquisa se deu através de avaliações conceituais entre possíveis técnicas e objetivos da pesquisa, neste sentido, notamos que tanto o formulário, quanto a observação seriam capazes de contribuir para o alcance dos objetivos.

O formulário de pesquisa representa um conjunto de questões, previamente, definidas pelo pesquisador, além disso, possibilita que pessoas alfabetizadas, analfabetos e populações heterogêneas participem da pesquisa, dessa forma, podendo alcançar um elevado número de colaboradores. Quanto à aplicação do formulário, também é responsabilidade do pesquisador, o qual, estando presente, tem a função de explicar e ajustar o formulário à compreensão de cada informante (Gil, 1999; Gerhardt; Silveira, 2009).

Para a síntese de informações dessa pesquisa, estruturamos o formulário (Apêndice A) em quatro tópicos. No primeiro tópico proferimos itens relacionados à identificação dos pesquisados, no segundo, abordamos questões associadas a dinâmica da pesca, no terceiro, elencamos questões correlacionados a forma de organização, produção e trabalho, bem como, espécie de peixes e cadeia produtiva do pescado, por último, no quarto tópico, programamos questões ligadas a importância econômica da pesca artesanal, no contexto atual.

O formulário de pesquisa, devidamente estruturado, foi previamente testado, reajustado e aplicados em definitivo. O teste contou com a participação de cinco (5) colaboradores, a partir dele, definiu-se o roteiro final, o qual foi aplicado à 25 participantes, através de pesquisas de campo, entre os meses de janeiro a junho de 2022, neste período realizou-se um total de seis expedições, duas em cada comunidade pesquisada.

Regularmente, o acesso às comunidades dá-se por meio aquático, à vista disso, se utilizou a embarcação rabeta como transporte. Dessa forma as comunidades foram consultadas, uma de cada vez, primeiro a comunidade Rio Assacú, em seguida a comunidade Rio Sapucajuba e, por último, a comunidade Rio Costa Maratauirá, em percurso a elas, algumas dificuldades acabaram sendo enfrentadas, em destaque as chuvas acompanhadas de ventos e maresia, a final estávamos em campo em pleno inverno amazônico, logo, neste período transtornos com água, são quase que inevitáveis.

Contudo ao se chegar em cada comunidade, o representante local da Colônia de Pesca do município de Abaetetuba, era a primeira pessoa a ser contactada, pois antes mesmo de sairmos à campo, tivemos um encontro¹⁶ com o presidente da Colônia de Pescadores Z-14, o

¹⁶ Reunimos com o presidente em sua sala, no prédio da Colônia de Pesca Z-14, localizado na Rua Getúlio Vargas, 1092, no Bairro de Algodão na cidade de Abaetetuba, no ato apresentamos o ofício. Nº 036/2021 – PPGCITI

qual permitiu que nos dirigíssemos as comunidades e realizássemos a pesquisa junto aos representantes de secretarias de pesca, pescadores e pescadoras.

A cada representante de pesca – três no total – foi apresentado o projeto de pesquisa. A partir deles, por indicação, conhecemos o primeiro pescador, o qual indicou o segundo e assim, sucessivamente, até chegar no 25º (não contando aqueles que se negaram participar da pesquisa), esta forma de selecionar informantes é conhecida como bola de neve (Vinuto, 2014).

No encontro com os pescadores, após as manifestações pessoais de saudações e de apresentação do projeto de pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), os quais versavam a respeito do tema a ser trabalhado, bem como dos riscos e benefícios da pesquisa, o pescador ou a pescadora optava por participar ou não da pesquisa, caso aceitasse colaborar, obrigatoriamente teria que assinar o TCLE, para que, em seguida, pudesse responder as questões do formulário.

Devo salientar que, no início da pesquisa de campo, tivemos dificuldades em encontrar os pescadores, uma vez que no horário escolhido, os mesmos, encontravam-se em atividades de pesca, ou seja, fora de suas residências, porém, sanamos esta situação, adequando a coleta de dados a disponibilidade de cada pescador ou pescadora.

As informações fornecidas pelos pesquisados em resposta às questões dos formulários, foram tabuladas em planilhas no Excel/2016. Dessa forma, com as informações bem organizadas no Excel, foi possível ter uma base de dados concreta e segura a respeito das atividades de pesca nas comunidades relacionadas

No que se refere a utilidade da observação em pesquisas, pode-se afirmar que é uma ferramenta que se detém dos sentidos para coletar certos aspectos da realidade. Logo, a observação consiste em “ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 72).

Em vista disso, empregamos nesta pesquisa a observação participante, uma vez que, apresenta-se dente seus aspectos, a proximidade direta do pesquisador com os sujeitos pesquisados (Moreira, 2011; Silva *et al.*, 2018). Neste sentido, observou-se a interação dos pescadores e pescadoras com seus ambientes pesqueiros e apetrechos de pesca, dessa forma, objetivando registrar as principais mudanças ocorridas na pesca, contudo sempre levando em consideração os relatos dos pescadores e das pescadoras. Por fim, junto às técnicas formulário

(Anexo A), com informes da pesquisa, bem como, solicitação de colaboração voluntária do presidente. A princípio o presidente tomou uma postura de resistência ao proferir que muitos pesquisadores já haviam, em tempos passados, buscado informações na Entidade, porém não apresentaram retorno algum, contudo, após explicar a proposta da pesquisa, o mesmo se mostrou pronto a ajudar.

e observação, foram utilizadas como acessórios à coleta de dados, um gravador de vídeo-áudio para registros fotográficos e gravações, e um diário de campo para anotações importantes captadas pela observação.

3.4 Técnica de análise dos dados

Para a análise dos dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Franco (2005, p. 13), “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a **mensagem**, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, documental ou diretamente provocada”. Desse modo ao trabalharmos com a fala das pessoas foi possível fazer relação entre os sentidos de suas palavras, afim de buscar respostas análogas.

Neste sentido, a técnica permitiu que trabalhássemos com categorias, “a *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (Franco, 2005, p. 57).

3.5 Aspectos éticos

A recorrente pesquisa procedeu-se em concordância com as Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que estabelecem instruções para a realização de pesquisas, cujo objeto de análise envolva seres humanos. Assim sendo, a pesquisa encontra-se cadastrada na Plataforma Brasil – CAAE 56202822.6.0000.0018, sob parecer APROVADO (Anexo B) pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, do Instituto de Ciências da Saúde – ICS, da Universidade Federal do Pará – UFPA, 5.490.440 (Número do Parecer).

Além disso, temos o comprovante de cadastro de acesso (Anexo C), concluído pelo Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen, sob o número A88ACD9. O cadastramento da pesquisa neste sistema assegura o compromisso que temos com as comunidades e com os dados coletados, pois se trata de informações associadas ao conhecimento que os pesquisados têm de sua realidade, em específico, da realidade pesqueira de sua comunidade.

Dentre os aspectos éticos de pesquisa efetuados junto ao informante no ato da coleta de dados, estão a apresentação do: i) projeto de pesquisa; ii) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e iii) Termo de Consentimento de Uso de Imagens (Apêndice C). Com estes

documentos, indicamos aos pesquisados o tema a ser trabalhado, os riscos e os benefícios da pesquisa.

Por último, acentua-se que todos os gastos financeiros requeridos no desenvolver da pesquisa, como gastos com transporte, alimentação, impressão de formulários e TCLEs, foram totalmente pagos mediante recurso particular dos pesquisadores e auxílio financeiro de bolsa de mestrado concedida ao pesquisador principal por intermédio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP, em convênio com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa – FAPESPA (convênio nº 002/2021), não havendo quaisquer formas de pagamento por parte dos pesquisados, e nenhum tipo de remuneração financeira a eles.

4 SEÇÃO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, expomos e debatemos, simultaneamente, em cinco subtópicos, os dados da pesquisa. No subtópico 4.1, destacamos o perfil socioeconômico dos pesquisados; no 4.2, apresentamos as atividades de pesca desenvolvidas nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, bem como, os apetrechos de pesca e as formas de organização dos pescadores; no 4.3, retratamos a atividade de pesca de bloqueio desempenhada pelos pescadores da comunidade Rio Sapucajuba, na abertura da pesca, no município de Abaetetuba, Pará; no 4.4, caracterizamos o esforço de pesca artesanal nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, e; por último, no subtópico 4.5, especificamos a importância econômica da pesca artesanal para as famílias dos pescadores das comunidades em questão.

4.1 Perfil socioeconômico dos pesquisados

Fizeram-se parte integrante desse trabalho de pesquisa, 25 pescadores artesanais, o que representa a totalidade absoluta dos pesquisados e sua comum característica ocupacional nas comunidades ribeirinhas Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, onde residem, conforme distribuição destacada na figura a seguir.

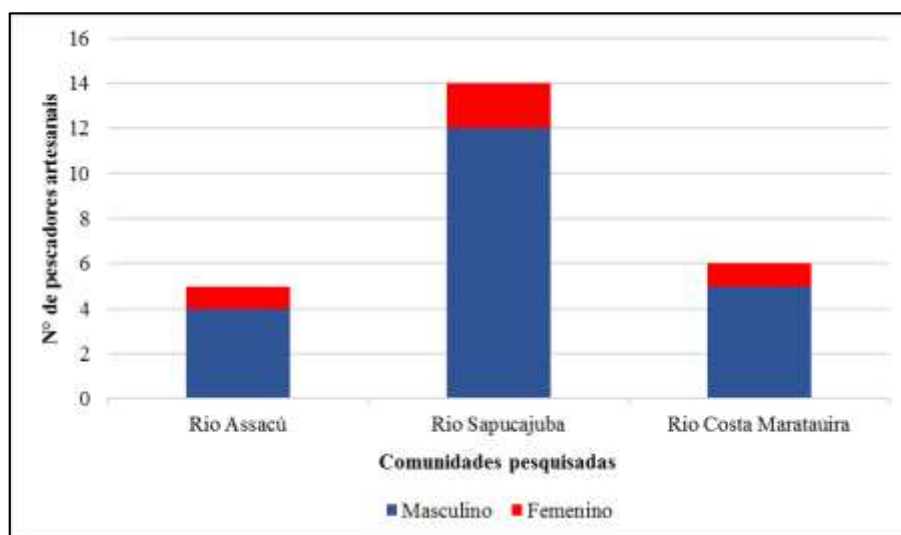


Figura 4 – Quantificativo de pescadores artesanais pesquisados nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, no ano de 2022. Fonte: autores (2023).

Está notório na figura acima que o número de pesquisados (pescadores artesanais) da comunidade Rio Sapucajuba, foi superior que das comunidades Rios Assacú e Costa Maratauirá. Enfatiza-se que a facilidade de acesso às residências em Rio Sapucajuba contribuiu

para que alcançássemos o máximo de pescadores, pois, habitam próximos uns dos outros, diferente das comunidades Rios Assacú e Costa Maratauíra, onde os pescadores moram distantes entre si.

Quanto aos gêneros masculino e feminino dos pesquisados, ao todo foram 21 (84%) homens e, apenas, quatro (16%) mulheres. Dados em que a quantidade de pescadores é superior à de pescadoras, foram descritos também pelos autores Flecha, Silva e Cintra (2016), em pesquisa realizada com pescadores artesanais nos municípios de Baião, Mocajuba, Cameté e Limoeiro do Ajuru, na região do Baixo Tocantins.

Sobre as atividades dos homens e das mulheres na pesca, Barros (2012) evidencia que, a pesca de subsistência desenvolvida na comunidade ribeirinha Riozinho do Anfrísio, no município de Altamira, Pará, é tarefa exclusiva dos homens, ficando as mulheres com a responsabilidade de preparar os peixes abatidos. Essa realidade, comunga vagamente com a realidade apresentada pelas pescadoras das comunidades ribeirinhas aqui pesquisadas, pois, para além de prepararem os peixes, estas partilham das atividades de pesca com o seu esposo ou companheiro, seja no manuseio dos apetrechos, seja no dirigir das embarcações.

Quanto a faixa etária, todos os pescadores artesanais pesquisados tiveram média de idade de 43,8 anos. A idade do pescador mais jovem foi de 23 anos e a do mais idoso, 65 anos. Para além dessas informações, sublinha-se que entre os pescadores, havia um solteiro e 24 casados ou vivendo em união estável (amasiados) e sendo pais de até três filhos.

No que diz respeito a escolaridade dos pescadores. Um percentual de 68% (17) afirmou possuir o Ensino Fundamental Incompleto – EFI, quanto ao percentual restante, metade (16%) relatou ter concluído o Ensino Fundamental – EF, e a outra (16%), o Ensino Médio – EM. Na região da Amazônia tocantina, carências de infraestrutura escolar e de transporte, bem como, falta de profissionais da educação, têm dificultado consideravelmente o avanço de estudantes para turmas subsequentes (Pereira; Pureza; Hage, 2017; Carmo; Cunha; Prazeres, 2020),

Diante disso, 84% (21) dos pesquisados declarou ser pescador ou pescadora profissional da pesca artesanal, os demais, afirmaram que também o são, mesmo estando aposentados. Salienta-se que a categorização de pescador ou pescadora profissional artesanal, lhes foram deliberadas por meio da Associação de Pescadores, ou Colônia de Pesca Z-14, que de acordo com Fontes *et al.* (2018, p. 19), tem como objetivo “defender os direitos sociais dos principais atores da pesca residentes no município”.

Assim sendo, desde que se filiaram à referida colônia de pesca, tornaram-se contribuintes mensais¹⁷, e como associados, cada pescador ou cada pescadora obteve uma carteira com número de Registro Geral da Pesca – RGP, e outra, de pescador profissional artesanal, expedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. Para além desses direitos, também tiveram acesso ao Seguro-Defeso ou seguro-desemprego. Na figura abaixo, explicitamos o tempo de contribuição dos pescadores à Z-14.

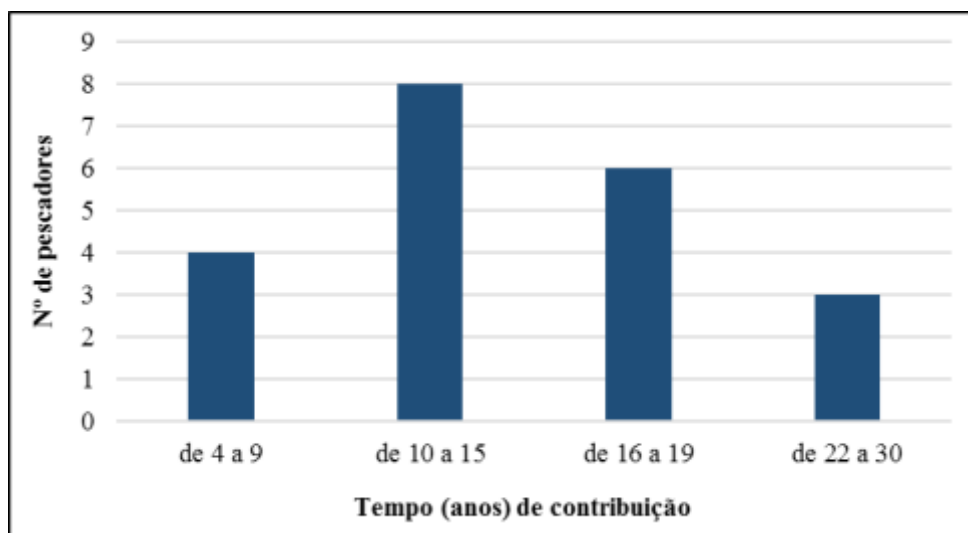


Figura 5 - Tempo de contribuição dos pescadores à Colônia de Pesca Z-14. Fonte: autores (2023).

A média anuária de contribuição dos 21 relacionados foi de 14,81 anos. 8 (oito) pescadores contribuíram entre 10 e 15 anos, ademais, é identificado que o menor e o maior período anuário de contribuição foram nas ordens quatro 4 (quatro) e 30 (trinta) anos, destaca-se que entre estes limites, apenas um contribuinte relatou que ainda não havia recebido Seguro-Defeso, os demais afirmaram que o tem recebido normalmente no período correspondente aos meses de novembro a fevereiro.

4.2 Atividades de pesca desenvolvida nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá: formas de organização dos pescadores

A Lei 11.959 de 2009, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, dispõe que a atividade de pesca ou atividade pesqueira “compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros” (Art.4º). A Lei enfatiza ainda

¹⁷ Atualmente, as secretarias de pesca cobram um valor mensal de R\$ 10,00 reais.

que “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”, são considerados atividades pesqueira artesanal (Parágrafo Único).

Nestes termos, são atividades de pesca desenvolvidas comumente por pescadores e pescadoras artesanais das comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauíra: a pesca de fundo, a pesca de bubuia e a pesca de matapi (Figura 6). A pesca de fundo, também denominada de pesca de arrasto ou pesca de escora, tem por objetivo capturar as espécies aquáticas que habitam, ou que estão próximas aos leitos de rios, baías e lagos. Diferente desta, a pesca de bubuia e de matapi são predispostas à captura de espécies aquáticas que transitam próximo à superfície da água.

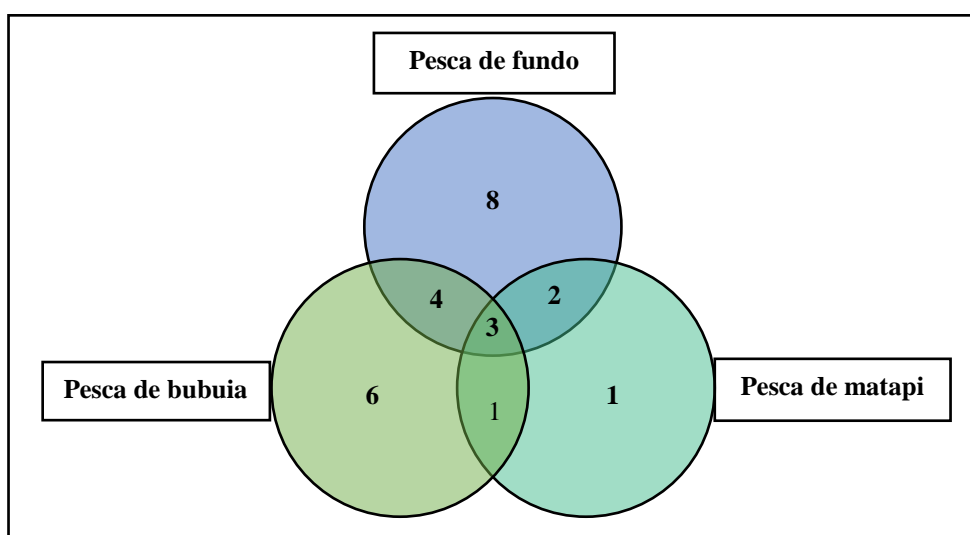


Figura 6 – Quantitativo de pesquisados que praticam a pesca de fundo, a pesca de bubuia e a pesca de matapi nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauíra, no município de Abaetetuba, no ano de 2022. Fonte: autores (2023).

Conforme exemplificado na figura acima, a quantidade de pescadores que pratica a pesca de fundo e a pesca de bubuia, é superior a quantidade daqueles que exercitam a pesca de matapi. Tal fato, é comum em comunidades pesqueiras, cujos os ambientes de pesca pertencem a lagos e baías, como os lagos da região do Baixo Amazonas, onde, dezenas de pescadores artesanais realizam a pesca de bubuia na captura de dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) (Cruz; Isaac; Paes, 2017), e baía do Marajó, no estado do Pará, onde, dentre outras atividades, se realiza a pesca com espinhel de fundo (pesca de fundo) para capturar filhote, dourada e pescada (Fontes *et al.*, 2018).

Destacamos também na Figura 6, o número de pesquisados que pratica duas ou três atividades de pesca. No total foram dez pescadores, sete desses desenvolve até duas atividades

de pesca e três deles até três, certamente cada pesca é desenvolvida no seu devido lugar e tempo, porém, isso não descarta a possibilidade de um pescador as realizarem em um único dia.

Segundo os pesquisados, torna-se vantajoso combinar a realização de todas as atividades ou parte delas, pois, dessa forma conseguem capturar diferentes espécies e aumentar a produção. O trecho a seguir é parte da fala de um pescador da comunidade Rio Costa Maratauíra, o qual desenvolve a pesca de fundo, a pesca de bubuia e a pesca de matapi.

[...] pesco de rede, espinhel e matapi, de tardinha eu coloco meu matapi na *bera* do rio, sabe! E na manhã, já do outro dia, quando a gente vem da baía, porque lá, pesco com a rede de bubuia e com o espinhel de fundo, quando não um, o outro, tá entendendo! Já trago os matapi da bera [...], com isso, a gente pega sarda, mapará, pescada na rede, e dourada, filhote e pescada no espinhel, e o camarão no matapi, isso é bom, porque, a gente pega mais né, mas está pouco o peixe e o camarão mesmo, com tudo isso, né, a gente ainda pega pouco (Pescador C., 40 anos, 2022).

Para além das atividades de pesca mencionadas, o pescador cita os apetrechos de pesca rede, espinhel e matapi (os quais trataremos mais adiante) e, no final do trecho, enfatiza que o peixe e o camarão estão poucos, ou seja, capturados em quantidades menores, isso reitera o que alguns pesquisadores como Lopes (2019), Rodrigues (2019) e Farias (2023), enfatizam a respeito dos impactos na pesca artesanal ocasionados pelos grandes empreendimentos econômicos instalados na região tocantina.

Relembrando que tanto as comunidades pesquisadas, quanto as baías Capim e Rio Pará, estão inseridas em área a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em Tucuruí, e próximas das mineradoras Albras/Alunorte, em Barcarena, ambas citadas pelos autores. Tais empresas têm provocado transformações socioterritoriais e ambientais em diferentes comunidades da região, bem como, diminuições no quantitativo de espécies aquáticas como de peixes e camarão

No que diz respeito aos materiais de pesca ou apetrechos de pesca¹⁸ envolvidos nas atividades de pesca de fundo, de bubuia e de matapi, os mais utilizados pelos pescadores e pelas pescadoras são a rede de emalhar, o espinhel e o matapi (Figura 7). Usa-se a rede de emalhar nas atividades de pesca de fundo e de bubuia, já o espinhel é utilizado apenas na pesca de fundo. Há outros apetrechos de pesca como rede de lance¹⁹, caniço²⁰, cambão²¹ e linha de mão²², os

¹⁸ “Os apetrechos de pesca são instrumentos que se usam na atividade pesqueira e podem agrupar-se, segundo alguns critérios, tais como: tamanho, forma (linhas e redes), entre outros” (Moreira, 2010, p. 141).

¹⁹ Conhecida também como rede de lancear, a qual possui entre dois (2) a quatro (4) metros de comprimento por dois (2) de largura, em cada uma de suas extremidades há uma vara de aproximadamente 2,5 metros de altura.

²⁰ É a junção de uma vara fina de dois (2) metros de comprimento com um fio de náilon de até dois (2) metros de comprimento e anzol em uma de suas extremidades.

²¹ Linha de náilon de aproximadamente dois (2) metros de comprimento com anzol em sua extremidade.

²² Linha de náilon de até 100 metros de comprimento com até três anzóis em sua extremidade.

quais, são utilizados apenas como atividades de lazer, neste sentido, tendem ser realizadas em pouquíssimas frequências.

Para os autores Isaac, Milstein e Ruffino (1996), as diversas espécies aquáticas são capturadas através da utilização de um ou mais apetrechos de pesca. No município de Abaetetuba, foram listados apetrechos de pesca, como rede, espinhel, caniço e tarrafa (Fontes *et al.*, 2018, p. 21).

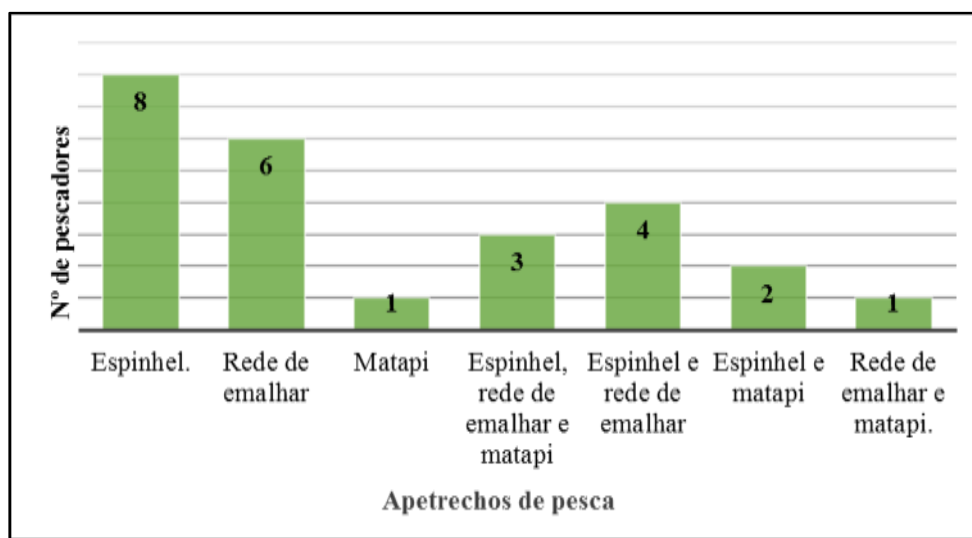


Figura 7 – Apetrechos de pesca utilizado por pescadores das comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Marataúira. Fonte: autores (2023).

Observa-se, na figura acima, que um total de 17 (68%) participantes realiza a pesca com espinhel, porém, apenas seis (8) o tem como único apetrecho de pesca. Notamos durante a pesquisa de campo que o espinhel (Figura 8) consiste numa sequência de anzóis presos em uma linha principal à distância de 1,5 a 2 metros um do outro, verificamos também que a quantidade de anzol contida nos espinheis dos pescadores que pescam somente com espinhel é superior a quantidade de anzóis contida nos espinheis daqueles que, para além de pescarem com espinhel, pescam com rede de emalhar e matapi.



Figura 8 – Espinhel utilizado por pescadores da comunidade Rio Sapucajuba. Fonte: pesquisa de campo (2022).
Nota: Espinhel colhido em uma caixa de madeira.

Em média, os anzóis contidos nos espinheis são de números 6 e 7 (quanto menor o número, maior o anzol, e vice-versa), além disso, variam de 120 a 400 unidades. Nestes termos, um espinhel pode conter de 180 a 800 metros de extensão. De acordo com Vilhena (2011), as extensões de espinheis encontradas nas ilhas do município de Abaetetuba, foram de 100 a 200 metros, portanto, bem menores que os encontrados nessa pesquisa.

Para os pescadores da pesca com espinhel, a diminuição quantitativa de pescados, ocorridas nos últimos anos, provocou a ampliação das extensões desse apetrecho, assim como de outros também, pois, mediante a diminuição dos recursos pesqueiros, a produção de pescados passou a depender mais ainda da quantidade de anzol utilizada na pesca, ou seja, quanto mais anzóis mais peixes capturados, porém, nem sempre ocorreu dessa forma, como podemos observar no relato a seguir.

Aqui a gente pesca com quatro seios de linha²³, uma faixa de 240 anzóis, mas tem vez que eu não tiro da boia²⁴, teve maré de não tirar o zero²⁵, a gente faz um investimento alto, porque está muito caro o material, e as vezes ficamos sem o retorno [...] mas a gente não para, essa é a nossa profissão de todos os dias, só que não era assim antes, me lembro de quando eu era jovem, na época, 20 ou 50 anzóis era suficiente pra gente pegar aquela morrada²⁶ de dourada, pescada e filhote (Pescador A.B., 60 anos, 2022).

²³ De acordo com os pescadores um seio de linha corresponde a 50 ou 60 unidades de anzol.

²⁴ Significa que o pescador não consegue capturar o peixe necessário para a alimentação.

²⁵ Significa que o pescador não conseguiu obter nenhum pescado.

²⁶ Peixes em grande quantidade.

No trecho apresentado, o pescador destaca um certo contraponto entre a pesca atual e a de década atrás. Para ele, antes, pescava-se com menos anzóis e pegava-se muitos peixes como a dourada, o filhote e a pescada que são as principais espécies capturadas nos espinheis, porém, atualmente vive-se uma outra realidade, segundo o pescador, as vezes não se consegue pegar sequer peixes para a alimentação.

Quanto aos apetrechos de pesca rede de amalhar e matapi, são materiais de pesca comumente utilizados tanto pelos pescadores quanto pelas pescadoras. Nas palavras de uma pescadora, conforme dispostas abaixo, não é propício pescar com espinhel, pois, além de exigir esforço físico, provoca acidentes. Por outro lado, em se tratando dos apetrechos rede de amalhar e matapi, a percepção é outra, segundo a pescadora, são mais acessíveis e fáceis de manusear.

[...] a pesca de espinhel é ruim, daqui acolá, o anzol engata no dedo da gente, a gente faz muita força pra *puxa* a linha, [...] com a rede, é bom, a gente pesca perto de casa, aí não precisa ir pra longe lá, na baía, o matapi, a mesma coisa, é só colocar a isca e *senta* na *bera* do rio, aí buscar de manhã, pra pegar *da* comida (Pescadora I.C., 37 anos, 2022).

As redes de amalhar (Figura 9), também conhecida nas comunidades como malhadeiras ou panos de rede, são de malhas 35 e 40 mm (milímetros), além disso, cada uma delas possui, ao menos, 36 braços de comprimento (modo de medir dos ribeirinhos), o que equivale a, aproximadamente, 65 metros.



Figura 9 – Rede de amalhar utilizado por pescadores da comunidade Rio Assacú. Fonte: pesquisa de campo (2022).

A pesca com rede de amalhar é realizada por 14 (56%) pescadores do total de pesquisados (Figura 7), porém, apenas seis (6) desses, pesca exclusivamente com rede. Em

média, cada pescador detém de dois (2) a oito (8) panos de rede, que capturam espécies de peixes, como pescada, sarda e mapará. Os dados obtidos sobre a rede de emalhar se aproximaram dos divulgados por Fontes *et al.* (2018, p. 22), principalmente, no que tange às malhas, à medição e às espécies de peixes capturados.

O matapi (Figura 10), por sua vez, é especificamente utilizado na captura de camarão, ele foi relatado por 28% (7) dos pesquisados, contudo, somente um (1) o tem como apetrecho de pesca único. Em pesquisa sobre a pesca e os procedimentos de captura do camarão amazônico na área a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Araújo *et al.* (2014, p. 104) identificaram que os matapis dessa região são confeccionados com talas, cipó e/ou filamentos de polipropileno, tais informações também foram constatadas nas comunidades pesquisadas.



Figura 10 – Matapis utilizados por pescadores da comunidade Rio Costa Maratauíra. Fonte: pesquisa de campo (2022).

Observou-se nas comunidades que os matapis dos pescadores são nas quantidades entre dez (10) e cinquenta (50) unidades, além disso, utilizam as praias e as margens dos rios para realizarem a pesca. Segundo os pesquisados, nos últimos anos houve considerável redução no tamanho e na quantidade de camarão capturado, com isso, visando aumentar a produção, tiveram que aumentar a quantidade de matapi.

Tal realidade vivenciada por esses pescadores, é de modo semelhante vivida por pescadores do Rio São José, neste mesmo município. Segundo os pescadores de São José, o tamanho do camarão diminuiu nos últimos anos, para eles a diminuição corpórea do camarão tem a ver com a poluição dos rios e com o aumento da população ribeirinha e de pescadores (Silva; Júnior; Pereira, 2022, p. 10).

Para além das atividades de pesca descritas anteriormente, existe uma, a qual é praticada apenas por pescadores da comunidade Rio Sapucajuba, a pesca de bloqueio ou “borqueio”. Esta pesca é bastante conhecida em Abaetetuba, bem como, em outros municípios da região do Baixo Tocantins, onde sua utilidade e importância se destaca, principalmente, na abertura da pesca, como veremos a seguir.

4.3 Atividade de pesca de bloqueio desempenhada pelos pescadores da comunidade Rio Sapucajuba, na abertura da pesca, no município de Abaetetuba, Pará

A abertura da pesca no município de Abaetetuba reúne centenas de pessoas, seja pela própria atividade de pesca, seja para prestigiar a atividade e seus pescadores, ou para comprar as espécies de peixe capturadas. O evento acontece nas localidades, onde os moradores juntamente com os pescadores, realizam os denominados acordos de pesca²⁷, os quais se concretizam da seguinte forma:

- 1) Fica proibida quaisquer atividades de pesca no período do defeso (1º novembro a 28 de fevereiro). Isso significa que nenhum pescador ou morador da comunidade poderá pescar nos ambientes de pesca local, pois, devem respeitar o processo de reprodução e crescimento das espécies de peixes
- 2) Os pescadores da pesca de bloqueio ficarão responsáveis em realizar a primeira atividade de pesca na abertura da pesca – 1º de março. Porém, nem toda a produção pertencerá à equipe da pesca de bloqueio, pois parte dela, será distribuída à comunidade.

Nestas circunstâncias, o acordo de pesca pode ser definido como um modo de desenvolvimento local e sustentável²⁸, como descrito por Lima (2012), pois os sujeitos envolvidos, respeitam o período de reprodução das espécies de peixes, assim, preservando a biodiversidade da ictiofauna e promovendo, posteriormente, uma captura elevada, a qual é responsável pela abundância de alimentos e promoção da economia local através do compartilhamento e venda do pescado.

A abertura da pesca também é caracterizada pela existência de diversas festas em bares e barracões das comunidades, promovendo assim a circulação de pessoas e mercadorias. Para

²⁷ Trata-se de acordos de pesca informais firmados oralmente entre os pescadores e a comunidade local em respeito ao período do defeso.

²⁸ O equilíbrio do ecossistema amazônico depende da manutenção da atividade agroextrativista, uma vez que acolhe um sistema de sobrevivência próximo da realidade sugerida pelos princípios que orientam o conceito de desenvolvimento sustentável em escala global, devido à utilização dos métodos e técnicas locais (Lima, 2012).

uma melhor compreensão acerca da abertura da pesca no município de Abaetetuba, temos em conta este acontecimento na comunidade ribeirinha Rio Sapucajuba, bem como, nas comunidades Rios Ajuai e Panacuera.

Os pescadores dessas comunidades, têm seus modos de vida diretamente ligados à natureza. Neste sentido, utilizam os recursos pesqueiros para sustentação e subsistência de suas famílias. Logo, em conformidade com as concepções espaciais de Haesbaert (2004) e Cruz (2012), os espaços em que os pescadores atuam constituem-se como lugares funcionais e simbólicos, além disso, estes espaços são de uso comum, os quais podemos ainda caracterizar como espaço público.

Nos espaços de pesca utilizados pelos pescadores da comunidade Rio Sapucajuba não há restrições estabelecidas para acesso dos moradores, assim, caracterizando-se como espaços públicos. Porém, levando-se em consideração os acordos de pesca definidos entre pescadores e comunidade geral, restringe-se o acesso nos ambientes de pesca, nesse contexto, surgem alguns conflitos, dentre eles a disparidade entre os borqueadores²⁹ e os pescadores de rede de emalhar, como se observa no relato a seguir.

[..] a gente pensa assim, bora deixar o mapará crescer durante o defeso, ai no início da pesca todo mundo ganha, porque a gente pega mais, a produção é maior, mas a maioria não pensa assim, sabe o que muito pescador diz? Estou falando de pescador de malhadeira, que só nós que borqueia, ganha com isso, eles não, mas quando a gente faz o acordo é pra a toda a comunidade (Pescador A.B., 57 anos, 2022).

A partir do trecho acima podemos destacar dois distintos pontos de vista, um do pescador borqueador que trata do coletivo e, outro do pescador da rede de emalhar (malhadeira) que aborda o individual. O borqueador estabelece junto à comunidade os acordos de pesca informais, isso dá-se em reuniões comunitárias, porém, tais acordos não o isenta de comercializar parte da produção adquirida, o que deixa o pescador da rede de emalhar em desconforto, pois, cabe a ele apenas uma pequena porção da produção pesqueira.

Na figura a seguir podemos ter uma noção da produção de pescados que fica para a equipe de borqueadores e para cada pescador ou morador da comunidade.

²⁹ Pescadores da pesca de bloqueio ou borqueio.



Figura 11 – (A) acumulação produtiva de pescado de uma equipe de borqueadores e (B) acumulação produtiva de pescados de uma moradora, comunidade Rio Sapucajuba. Fonte: pesquisa de campo (2022).

A Figura 11 (A) retrata uma embarcação com a produção pesqueira dos borqueadores, já a (B) demonstra o pescado recebido por uma moradora local. Neste âmbito, verifica-se que a maior parte da produção pesqueira fica sob posse dos borqueadores, os quais a destinam literalmente à comercialização, por outro lado, uma pequena parte fica para consumo dos moradores ou demais pescadores da comunidade. Tal cenário torna-se revoltante para os pescadores da rede de emalhar, que tentam que qualquer forma lançar suas redes nos ambientes de pesca, antes mesmo da abertura.

De acordo com Simões *et al.* (2014, pp. 54-55) apesar da pesca de bloqueio possuir como cerne a ação comunitária, respinga sobre ela um certo teor de desigualdade, traduzindo-se, dessa forma, por ser realizada visando mais a comercialização do que necessariamente o compartilhamento comunitário. Neste sentido, entende-se que os pescadores firmam os acordos de pesca, mesmo que informais, porém, não garantem a soberania da comunidade, porque, grande parte da produção pesqueira é totalmente destinada à comercialização.

Uma outra situação que se destaca, como mencionado antes, diz respeito a autonomia sobre os pesqueiros. Para os borqueadores, os pesqueiros devem ser intocados durante o período do defeso, mas para os que pescam de rede, a postura é diferente, pois, mesmo no período do defeso, segundo eles, não se sobrevive somente de outras atividades, com isso, mesmo que restrito, é preciso realizar a pesca, como enfatiza um pescador da pesca com rede:

[...] a gente não consegue sobreviver somente com seguro defeso, tem que pescar nem que seja um pouquinho, essa é nossa vida, só que os borqueadores pensar diferente, porque eles pensam só em vender o mapará, na época da abertura da pesca aparece gente de todo lugar aí, a gente que é daqui, tem que se conformar com o pouco que

eles dão, porque o resto é comercializado, o mais caro possível (Pescador, J.P., 30 anos, 2022)

A abertura da pesca na região do Baixo Tocantins é realizada no dia 1º de março (IBAMA, 2022). Na comunidade Rio Sapucajuba esse dia é marcado pela mobilização de grande parte de seus moradores e pessoas de outros lugares (Figura 12, A), os quais se dirigem aos locais de pesca para assistir a pesca de bloqueio e adquirir o mapará (Figura 12, B), nesse processo, devido ao aumento da procura por pescado, o mapará ganha valor econômico, com isso, até mesmo aqueles que recebem uma porção dos borqueadores tendem a vendê-la.

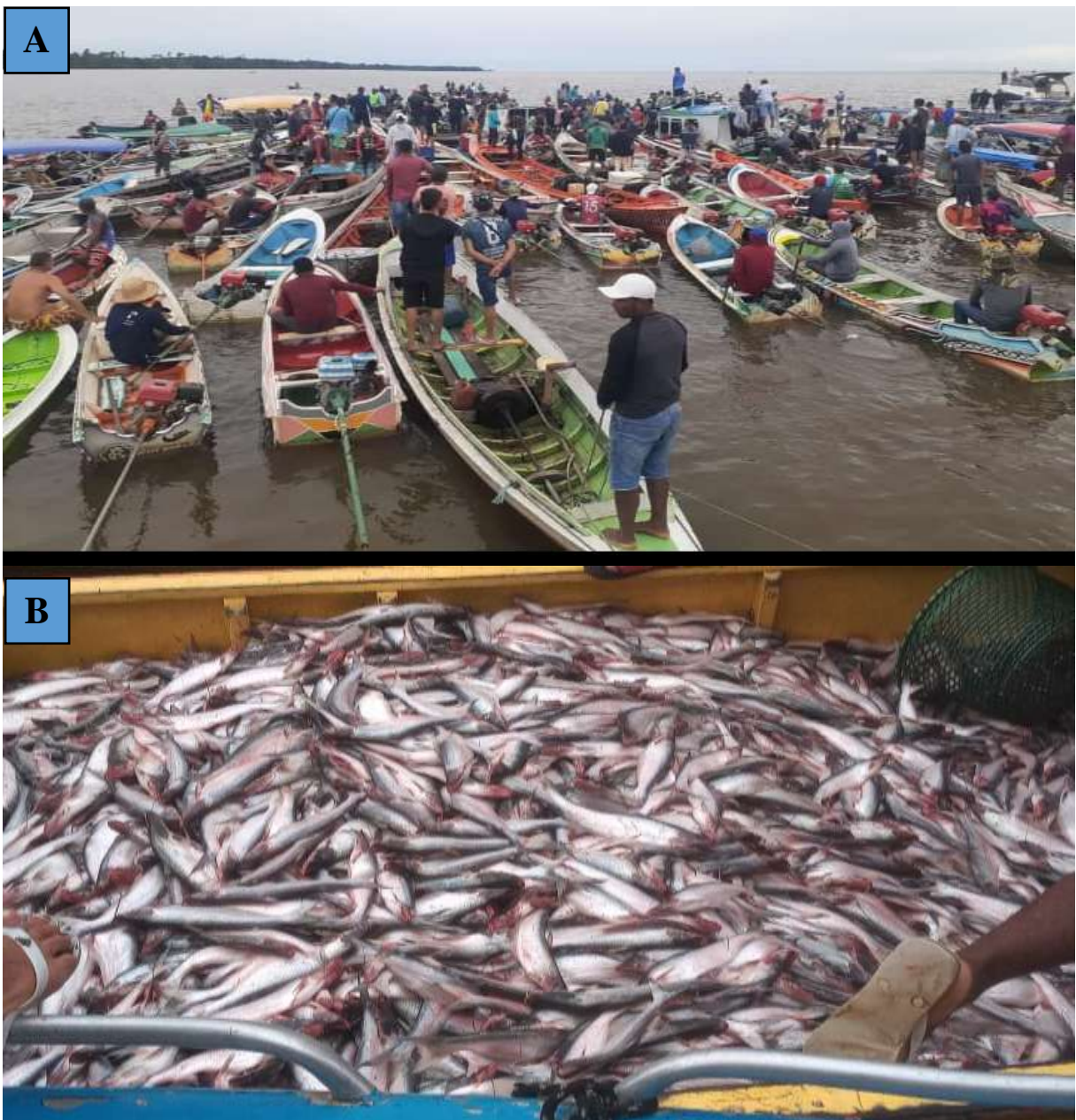


Figura 12 – Abertura da pesca de bloqueio na comunidade Rio Sapucajuba. Fonte: pesquisa de campo (2022). Nota: (A) pessoas reunidas para adquirir o peixe capturado, (B) etnoespécie de peixe mapará capturado na pesca de bloqueio

A primeira atividade na abertura de pesca de bloqueio se caracteriza pela mobilização da equipe de pescadores em direção aos setores pesqueiros onde a pesca de bloqueio terá início. Para isso, os pescadores organizam previamente os apetrechos e as embarcações de pesca. Essa mobilização em direção aos ambientes de pesca, é também realizada pelo público externo que comparece nesses locais para comprar uma boa parte do pescado.

A abertura de pesca, dependendo da maré, é iniciada entre as seis (6) horas e as dez (10) horas da manhã. O nível da água do rio ou do ambiente de pesca deve estar no ponto mínimo de refluxo (vazante) ou máximo de fluxo (enchente), ou seja, na reponta ou na preamar. Para os pescadores, essas marés são apropriadas à abertura de pesca pois nesses estados, está ausente a correnteza (força d'água), a qual provoca dificuldade tanto para a identificação dos cardumes de peixes, quanto para a prática da pesca de bloqueio.

Quanto à identidade cultural dos pescadores, esta, se caracteriza pelos contatos constantes e laços de dependência entre eles, ou seja, pelas trocas de saberes, valores e crenças, o que Hall (2005) classifica de sujeito moderno ou sociológico. Essa interação se alarga à própria comunidade de que fazem parte. Nesse contexto, é perceptível a ligação e lealdade dos pescadores da pesca de bloqueio à própria comunidade. Porém, o mesmo não se passa em relação ao público externo à própria comunidade, apesar de ser este que compra uma boa parte do pescado capturado, o que em certo sentido confirma uma identidade polissêmica e fragmentada dos pescadores, ao nível comportamental (Hall, 2005).

Na pesca de bloqueio, os pescadores se apresentam com vestimentas padronizadas (Figura 13). Além disso, cada pescador sabe a sua função no momento de lançar a rede, o que coloca em relevo elementos da modernidade, como racionalidade e padronização (Harvey, 2004).



Figura 13 – Organização dos pescadores para a pesca de bloqueio na comunidade Rio Sapucajuba. Fonte: pesquisa de campo (2022).

A mobilização do público externo contrasta com a lógica racional e ordenada dos pescadores. Estes atores chegam ao local de pesca e são acometidos por sons ou ruídos devido à rotação dos motores. Aqui, não respeitam a distância mínima entre eles e o local de pesca e causam tumulto na “corrida” aos pescados. Estes acontecimentos caracterizam o caos na abertura de pesca.

Quanto à distribuição dos peixes capturados. Uma parte é doada às famílias de moradores da comunidade ribeirinha enquanto a restante pertence aos pescadores e se destina a ser comercializada. Cabe aqui, ressaltar dois aspectos importantes. O primeiro está relacionado com a distribuição do pescado com a comunidade local, o que nos transmite a ideia de unidade entre os pescadores e a comunidade e aquilo que é próprio das organizações sociais modernas que é o bem comum, ou seja, os valores éticos.

Por fim, cabe destacar os eventos festivos organizados tanto pelos donos de barracões, quanto pelos proprietários de bares na abertura da pesca. As atrações vão desde esquemas musicais e aparelhos de som (aparelhagens) regionais, à promoção de cervejas e petiscos locais oriundos da pesca. As festas são iniciadas pela manhã, ou seja, desde o momento da abertura da pesca, e se estendem até à noite.

Neste ponto, cabe evidenciar os eventos culturais e gastronômicos que concomitantes à realização da pesca, captam público para a comercialização das espécies pescadas. A esta atividade extrativista e comercial se associam atividades culturais como as festas dançantes, a música e a gastronomia local.

Mas, esta comunidade não deixa de caminhar para se assumir cada vez mais como “sociedade do espetáculo”, na expressão de Debord (2008), uma vez que ao ser o foco da atenção é também notícia e, por isso, objeto de interesse midiático. Para isso, contribui a racionalidade da preparação e execução da atividade piscatória, dos fardamentos dos pescadores e uniformização das cores das embarcações.

A mobilização dos pescadores na reabertura da pesca obedece a uma certa racionalidade e ordenamento dos acontecimentos. É racional, pois a prática requer uma preparação e a execução de conhecimentos prévios adquiridos ao longo dos anos por processos de empiria. Dessa forma, cabe ao pescador artesanal o juízo de identificar a maré adequada para a realização da pesca, bem como de apontar a localização dos cardumes de peixes.

Hoje, a reorganização do tempo e do espaço assume particular relevância na constituição das instituições modernas. E isso, nas palavras de Giddens (2002) vale para as características básicas da experiência passada pela mídia nas condições da modernidade. O evento se tornou, por conseguinte, dominante em relação ao lugar.

A abertura da pesca no município de Abaetetuba se transformou em um evento que atrai centenas de pessoas. Trata-se de retomar uma atividade extrativista após o período de defeso para salvaguarda da reprodução de diversas espécies de peixes. Esse fato é acompanhado por diversas atividades culturais com destaque para as festas dançantes, a música e a gastronomia. Desse modo, a confluência de diversas atividades permite concentrar pessoas com interesses divergentes. Nas palavras de Harvey (2004), a ética é preterida pela estética, ou seja, a atividade econômica deixa de valer por si própria, para ser oferecida em um contexto cultural.

Importa ainda destacar a distinção, ou seja, a divisão entre o “nós” e o “eles”. Para Bauman (2003), não há casos “intermediários”. Fica evidente no texto, a comunidade que os pescadores integram, ou seja, o “nós” e o público externo, ou seja, o “eles” que vem consumir as atividades culturais promovidas nesse dia de abertura da pesca e comprar o pescado, seja para consumir, seja para o revender.

Em termos espaciais, o caos se instala contra a racionalidade da comunidade. O público externo não respeita o distanciamento e a concentração dos pescadores. Igualmente, esse caos se instala e se explica em termos da pós-modernidade por simultaneamente se assumir como espaço de pesca, de solidariedade, de comércio, de cultura, de festa e entretenimento.

Por fim, na comunidade há a distinguir os pescadores e suas famílias dos demais moradores, ou seja, daqueles que vivem na comunidade, mas que não são pescadores ou o deixaram de ser. É para estes que os pescadores destinam e compartilham, em primeiro lugar, uma parte da safra.

Mas essa dádiva não os torna iguais. A comunidade é imaginada, no dizer de Bauman (2003), porque esta não é feita de iguais, mas de pessoas que compartilham entre si, que se complementam e se entre-ajudam. Neste ponto, se privilegia o conhecimento e o quem é quem.

4.4 Esforço de pesca nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá

Neto (2010, p. 39) destaca que o esforço de pesca é “uma unidade de medida que traduz a capacidade de pesca (número de barcos, pescadores, anzóis, metros de rede, etc.) por unidade de tempo”. Neste sentido, para cálculo do esforço de pesca nas comunidades pesquisadas, utilizamos a unidade determinada por Petrere (1978, p. 441), que é, justamente, a multiplicação do número de pescadores pela quantidade de dias que a pesca é realizada.

Salienta-se que devido a não quantificação em quilogramas (kg) de peixes e de camarão capturados no período da pesquisa, optou-se por analisar o esforço de pesca a partir das variáveis: embarcação (tipo e capacidade), apetrechos (nome, quantidade e tempo (horas e minutos) entre lance e despesca do apetrecho e, número de dias da semana que a pesca é realizada), como pode-se observar na tabela a seguir.

Tabela 1 – Caracterização do esforço de pesca nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, no ano de 2022.

Nº de pescadores	Embarcação		Apetrechos e unidades de tempo				
	Tipo	Capacidade (kg)	Nome	Unidades	Tempo entre lance e despesca do apetrecho	Nº de dias da semana que a pesca é realizada	Esforço de pesca
17	Rabeta (canoa motorizada)	De 100 a 1000	Espinhel	De 120 a 400 anzóis	De 01 a 12 horas	De 03 a 05 dias	De 51 a 85
			Rede	De 02 a 08 panos	De 20 a 40 minutos		
			Matapi	De 10 a 50	12 horas		
04	Casco (montaria)	De 100 a 400	Espinhel	200 anzóis	De 15 a 20 minutos	De 04 a 05 dias	De 14 a 20
			Rede	De 02 a 06 panos			
			Matapi	15			
04	Bote (barco)	1000	Espinhel	400 anzóis	De 1 a 12 horas	De 04 a 05 dias	

Fonte: autores (2023).

Verifica-se na tabela acima que a maior unidade de esforço de pesca ocorre nas pescarias utilizando a embarcação rabeta (canoa motorizada). Por outro lado, em pescas nas embarcações casco e bote, as unidades de esforço de pesca foram menores e iguais. Observa-se ainda que a maioria dos pesquisados utiliza as embarcações rabeta e casco (Figura 14, A e B) para a realização da pesca com espinhel, rede e matapi, já a embarcação bote (Figura 14, C) é utilizada

somente para a pesca com espinhel. Estas informações comprovam a veracidade dos dados levantados por Fontes *et al.* (2018, pp. 20-21), pois, na produção científica desses autores, está enfatizado que embarcações com referidos nomes são utilizadas por pescadores artesanais em diversas localidades das ilhas do município de Abaetetuba.



Figura 14 – Tipos de embarcações utilizadas na pesca artesanal, nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá. Fonte: pesquisa de campo (2022). Nota: (A) rabeta motorizada, (B) casco, (C) barco ou bote.

Quanto à capacidade de carga das embarcações pesqueiras, evidencia-se que a carga individual da rabeta e do bote é superior à do casco, assim, estes podem comportar proporções elevadas de apetrechos de pesca e pescados. Consoante a estes termos, enquanto a rabeta e o bote portam, não necessariamente ao mesmo tempo, espinheis com até 400 anzóis, redes entre dois e oito panos e matapis entre dez e 50 unidades, o casco transporta apenas espinheis com até 200 anzóis, redes entre dois e seis panos e até 15 unidades de matapi (Tabela 1).

No que diz respeito ao espaço de tempo entre lance e despesca de apetrechos, conforme informações de campo, os espinheis e os matapis permanecem de uma a 12 horas nos pesqueiros (Tabela 1). Diferente destes, encontra-se a pescaria com rede, cujo tempo por pesca varia entre 15 e 40 minutos. Ainda conforme observado em campo, nos locais de pesca, põe-se o espinhel e o matapi no final da tarde e recolhe-os na manhã seguinte, ficando fora desse período a pesca com rede, pois, segundo os pescadores, ela é mais vulnerável à força das marés e furtos.

No que tange ao número de dias trabalhados semanalmente, foi verificado um acúmulo mínimo de três e máximo de cinco dias de trabalho (Tabela 1). Nestas circunstâncias, há forte indício de a pesca artesanal ser a principal fonte de alimento e renda dos pescadores, contudo, segundo eles, a produção pesqueira tem sido decrescente nos últimos anos, nesse sentido, a insistência de pescar várias vezes, aliada à distância percorrida até ao setor pesqueiro, justifica o amplo tempo gasto.

Com isso, pesqueiros localizados na baía do Rio Pará são bastante utilizados pelos pescadores das comunidades Rios Assacú e Sapucajuba, quanto aos demais, aqueles que residem na comunidade Rio Costa Maratauirá aproveitam o rio para realizar diferentes atividades de pesca. Na tabela a seguir, assinalamos, segundo a percepção dos pescadores, os pesqueiros considerados próximos e distantes das comunidades Rios Assacú e Sapucajuba.

Tabela 2 – Pesqueiros localizados na baía do Rio Pará, segundo os entrevistados das comunidades Rios Assacú e Sapucajuba, 2022.

Pesqueiros localizados	Nome	Apetrechos utilizados	Pescados capturados
Próximos das comunidades	Cobra e Pedrinhas	Rede de emalhe	Pescada, sarda e mapará
		Espinhel	Dourado e filhote
	Pousar, Crua do palheta e Crua do capim	Espinhel	Pescada, dourado e filhote
		Praia	Matapi
Distantes das comunidades	Malato e Camará	Rede de emalhe	Pescada, sarda e mapará
		Espinhel	Pescada, dourado e filhote

Fonte: autores (2023).

Na baía do Rio Pará, um percentual de 76% dos pesquisados das comunidades Rios Assacú e Sapucajuba realiza suas pescarias em lugares não distantes, pois, retornam para as suas casas no mesmo dia, porém, os outros (24%) preferem se deslocar para os pesqueiros mais distantes, retornando para as suas casas depois de três ou quatro dias de pesca. De acordo com os pescadores, os pesqueiros considerados distantes são os menos explorados, havendo maiores chances de aumentarem a produção de pescados que nos pesqueiros próximos.

Quanto à forma de organização dos pescadores para o exercício das atividades de pesca nas comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá, um percentual de 88% realiza a pesca em regime de parceria, já os demais preferem exercê-la individualmente. Em média, a parceria é integrada por três pescadores, sendo estes membros ou parentes de uma mesma família, ou membros de famílias diferentes.

De acordo com os pescadores, a forma de organização coletiva é importante para potencializar o esforço de pesca e, conseqüentemente, elevar a produção de pescado, possibilitando, dessa forma, suprimento com despesas geradas e lucratividade aos seus integrantes.

4.5 Importância econômica da pesca artesanal para os pescadores das comunidades Rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauirá

Nessa pesquisa tem-se apresentado a pesca artesanal como principal atividade do dia-a-dia dos pesquisados. No entanto, poucos são aqueles que a tem desfrutado na qualidade de fonte exclusiva de renda, por outro lado, observou-se que a maioria dos pesquisados realiza, além da pesca, outras atividades que complementam a economia do lar. A respeito disso, sintetizamos na tabela a seguir as conclusões dos pescadores à questão de pesca e renda.

Tabela 3 – Distribuição categórica das respostas dos pesquisados ao seguinte questionamento: a renda de sua família depende somente da atividade de pesca que você realiza?

Afirmativas	Pescadores	nº	%
<i>POSITIVA</i>			
✓ Sim.		4	16
<i>NEGATIVA</i>			
✓ Não.		21	84
✓ “[...] não depende totalmente, ajuda numa parte.” (Pescador R.L., 2022)			
✓ “Não, porque está muito difícil pegar peixe com abundância.” (Pescador E.B., 2022)			

Fonte: autores (2023).

Conforme explicito na tabela acima, um percentual de 84% dos pesquisados afirmou não depender pontualmente do exercício pesqueiro como atividade geradora de renda. Situação semelhante, foi observada com pescadores no lago de Tucuruí, no estado do Pará, onde, para

além de praticarem a pesca artesanal, realizam distintas práticas em Sistemas Agroflorestais³⁰ – SAFs, dessa forma, geram produtos que seguidamente serão convertidos em renda, especialmente, no período em que há restrições para a pesca (período do defeso) (Serra; Matos; Oliveira, 2020).

Apesar da pesca artesanal das comunidades em estudo proporcionar mínimas contribuições à renda dos pesquisados, a mesma, tem-lhes representado indispensável fonte de alimento, além disso, tem-lhes assegurado, por meio da associação dos pescadores ou colônia de pesca Z-14, políticas públicas e direitos previdenciários, como o seguro defeso e a aposentadoria. De acordo com Sampaio, Pinto e Silva (2019, p. 89), o pescador é detentor de direitos sociais (Tabela 4) garantidos pela Previdência Social e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Tabela 4 – Direitos sociais garantidos ao pescador pela Previdência Social e pelo INSS.

Previdência Social	INSS
Direitos garantidos	
Auxílio-acidente, auxílio-doença, auxílio-reclusão, pensão por morte, aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade.	Programa do Seguro-Desemprego, Abono Salarial, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Fonte: Sampaio, Pinto e Silva (2019, p. 89).

Dentre todos os direitos sociais descritos, o seguro desemprego ou seguro defeso é o que mais se destaca entre os pescadores, pois, 80% afirmou que o tem recebido normalmente, quanto aos previdenciários, a pesquisa contou com quatro (4) aposentados. O trecho a seguir é da fala de um pescador que faz referência ao Seguro-Defeso.

A gente pega o dinheiro do seguro-defeso lá na cidade, aí lá mesmo a gente compra as coisas que *falta* na casa, alimento, material pra pesca, anzol, rede, tem vez que demora, quando a gente não recebe no mês certo, tem que se *virá* pra *consegui* as coisas, quando tem o açaí, é bom, a gente pega dinheiro rápido (Pescador O.L., 40 anos, 2022).

Conforme relatado, o Seguro-Defeso, além de cobrir as despesas do lar, custeia os materiais de pesca. Para Torres (2021, p. 12) o Seguro-Defeso é uma política pública indispensável a todos os pescadores artesanais brasileiros, primeiro por ser uma política de conservação ambiental e, outra, por proporcionar renda e segurança alimentar aos pescadores.

Moreno (2015, p. 25) evidencia que: “o defeso é o período em que não é permitida a pesca de uma determinada espécie, devido à época ser de reprodução/recrutamento, e assim

³⁰ “São formas de uso da terra na qual se combinam espécies arbóreas lenhosas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou animais, de forma simultânea ou em sequência temporal, em interação econômica e ecológica” (EMBRAPA, 2011 apud Serra; Matos; Oliveira, 2020, p. 292).

necessária para evitar o seu desaparecimento”. No município de Abaetetuba, o qual pertence à bacia hidrográfica dos rios Tocantins, o período do defeso estende-se de 1º de novembro a 28 de fevereiro (IBAMA, 2022). Neste período os pescadores recebem quatro salários mínimos (um em cada mês do defeso), no ano de 2022, por exemplo, foram quatro (4) parcelas de R\$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais).

Uma questão sobre direitos sociais dos ribeirinhos, diz respeito ao seguro defeso e ao Bolsa Família. O primeiro trata-se de uma política pública e o segundo de um programa social, ambos, usufruídos por todos os pesquisados, porém, no período da pesquisa de campo, houveram relatos de que quando alguém da família recebia o seguro defeso, automaticamente, o pagamento do Bolsa Família ficava suspenso pelo mesmo período do defeso, ou seja, por quatro meses, ocorrendo dessa forma desde 2015.

Atualmente, o cenário a respeito desses direitos sociais é outro, pois, recentemente o presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 14.601 de 19 de junho de 2023 (Brasil, 2023), que possibilita aos pescadores artesanais o recebimento mensal de valores correspondentes ao Bolsa Família e ao Seguro-Defeso, no período do defeso.

Para além dos benefícios do governo, os pescadores adquirem renda através da criação de animais (porcos (Figura 15), galinhas e patos), confecções de matapis e rasas, trabalho em bares e carpintaria, além disso, realizam atividades de manejo de açaí. Ressalta-se que tanto a criação de animais quanto as demais atividades, representam mais que renda, garantem a alimentação dos pescadores.



Figura 15 – Criação de suínos na comunidade Rio Assacú. Fonte: pesquisa de campo (2022).

Nos últimos anos, tem-se acrescido o desenvolvimento de atividades complementares à renda dos pesquisados, segundo eles, associasse tal fato, a diminuição dos recursos pesqueiros.

No contexto das comunidades estudadas, especificamente, nos ambientes de pesca localizados no curso do Rio Costa Marataura e na baía do Rio Pará, existem alguns fatores, os quais consideramos como fatores antrópicos (por serem oriundos da ação humana) e naturais (referente as ações da natureza) (Quadro 1), que tem dificultado consideravelmente o desempenho pesqueiro nessas localidades, causando danos aos pesqueiros, aos apetrechos de pesca e aos pescadores.

Quadro 1 – Fatores antrópicos e naturais que têm dificultado o desempenho pesqueiro nas localidades Rio Costa Marataura e baía do Rio Pará, segundo os pesquisados.

		Danos causados aos:		
		Pesqueiros	Apetrechos de pesca	Pescadores
Fatores antrópicos	PESCA IRREGULAR 1 – Pesca com rede de escora e rede de arrastão; 2 – Pesca com apetrecho “fino”, por exemplo, rede de emalhe de 20 e de 25 mm.	Diminuição dos estoques pesqueiros. Motivos: afugentamento e captura elevada.	(1) Perda de anzóis. Motivo: ficam presos às redes, sem chance de serem resgatados.	Prejuízo econômico. Motivos: investimentos sem retorno, pois os pescados são insuficientes à venda e, em muitos casos, também à alimentação.
	POLUIÇÃO Com resíduos sólidos: sacolas, garrafas pets e copos descartáveis; Sonora: barulho de embarcações, principalmente de morto-rabeta (rabudo).		-----	
	CRESCIMENTO POPULACIONAL Elevado número de pescadores.			
	FURTOS	-----		
Fatores naturais	PREDADORES Elevado número de botos.	-----	Redes de emalhar parcialmente danificadas (rasgadas). Motivo: ação brusca dos botos ao tragarem os peixes prendidos na rede.	Saúde (dores pelo corpo). Motivo: exagerado esforço físico aplicado no colhimento dos apetrechos.
	FORÇA DAS MARÉS “Maré grande”, correnteza muito forte.	-----	Perdas parciais dos apetrechos de pesca espinhel e rede de emalhar. Motivos: ficam prendidos em troncos de árvores trazidos aos pesqueiros pela correnteza	

Fonte: autores (2023).

O quadro acima foi ilustrado a partir das percepções de todos os pesquisados, o mesmo trata de fatores ou elementos que de qualquer forma impõem dificuldades no desenvolvimento da pesca artesanal na área de estudo. Dentre os fatores antrópicos que dificultam o desempenho pesqueiro, por ocasionar nos pesqueiros, captura elevada e afugentamento de espécies, estão a pesca irregular, a poluição e o crescimento populacional.

A pesca irregular representada principalmente pela rede de arrastão e apetrechos finos, é assim denominada, pois, sua prática extrapola as regulamentações legais estabelecidas pela colônia de pesca Z-14, ou seja, são atividades proibidas de serem realizadas na região. De acordo com os pescadores, são poucos aqueles que as utilizam. A rede de arrasto, além de atrapalhar a atividade de pesca com espinhel, pois, acaba levando os anzóis, afugenta os peixes, já a pesca com apetrechos finos tem por finalidade a captura de peixes que estão em fase de crescimento, dessa forma, desestabilizando os estoques pesqueiros.

A poluição dos ambientes de pesca, segundo os pescadores, piora a cada dia. Diversos resíduos de plásticos como sacolas, copos descartáveis e embalagens de produtos industrializados, são os principais itens que veem presos na rede de emalhar e anzóis, ainda segundo os pescadores, a poluição contribui para o afugentamento dos peixes, não somente a poluição de resíduos sólidos, mas a poluição sonora também, causada especialmente pelas embarcações motorizadas que transitam pelos ambientes de pesca.

O crescimento populacional, por sua vez, encontra-se dentre os principais fatores antrópicos que contribui para a diminuição dos recursos pesqueiros, pois, a demanda por pescados é maior, com isso demandando também, número elevado de pescadores, o que conseqüentemente provoca o aumento na unidade de esforço de pesca, bem como, no número de petrechos, tudo isso, segundo os pescadores tem contribuído para a redução na quantidade de peixes.

Um outro fator antrópico que tem dificultado o desenvolvimento das atividades de pesca diz respeito aos furtos. Este tipo de atitude por parte de alguns vândalos, tem se tornado comum nos ambientes de pesca, eles tiram proveito principalmente dos espinheis, os quais são deixados nos pesqueiros no período noturno para serem recolhidos ao amanhecer do dia seguinte. Os espinheis, acabam se tornado alvos de criminosos, pois, segundo os pescadores, é um material caro de se obter, devido, ao alto preço de anzóis e linhas.

Quanto aos fatores naturais que classificamos como predadores e força das marés. Os predadores são os botos, os mesmos não causam danos aos pesqueiros, por outro lado, danificam os apetrechos de pesca, em específico, a rede de emalhar. Para os pesquisados, o boto assim como o pescador estão a procura por comida, logo, os peixes prendidos na rede, principalmente, o mapará, tornasse presa fácil. De acordo com a percepção dos pesquisados, o número de botos aumentou nos ambientes de pesca dificultando o desenvolvimento das atividades de pesca. A força das marés ou correnteza, é um fenômeno natural que acontece no curso d'água de rios e baías. Na baía do Rio Pará e no Rio Costa Maratauíra, este acontecimento

contribui para a perda de espinheis e rede emalhar, pois, ficam prendidos em troncos de árvores trazidos aos pesqueiros pela correnteza.

Por fim, conclui-se que tanto os fatores antrópicos quanto os naturais causam prejuízos econômicos e danos à saúde dos pesquisados. Causam prejuízos, pois, há investimento financeiro, porém, sem o retorno esperado, o qual é ocasionado pela insuficiência de pescados e pela perda de materiais de pesca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa almejou, por meio de um estudo de caso com 25 pescadores artesanais, analisar as alterações na pesca artesanal ocasionadas pelas transformações socioterritoriais nas comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba, Pará. O principal resultado mostrou que as atividades de pesca artesanal desempenhada pelos pescadores reverberam-se em seguimentos socioeconômico e cultural, porém, nos últimos anos, diminuições no quantitativo de peixes e de camarão capturados, têm-se observado pelos pescadores, por outro lado, ampliam-se as quantidades de apetrechos de pesca como espinhel e rede de emalhar.

Entre os principais resultados sobre atividades de pesca, destacam-se a pesca de fundo, de bubuia e de matapi. No tocante a pesca de fundo, ela é realizada para capturar as espécies de peixes que transitam próximos aos leitos dos rios e das baías, já a pesca de bubuia e de matapi, são desenvolvidas afim de apanhar as espécies que se deslocam a distância curta da superfície da água. Constatou-se que os pescadores combinam as diferentes atividades de pesca com o objetivo de aumentar a produção de pescados.

No que tange a apetrechos de pesca, entre os principais achados tem-se o espinhel, a rede de emalhar e o matapi. Utiliza-se o espinhel para capturar espécies de peixes como dourada, pescada e filhote, e a rede para capturar mapará, pescada e sarda, já o matapi para capturar o camarão. Sobre a quantidade de apetrechos de pesca, tem ocorrido de aumentar nos últimos anos, em decorrência da diminuição dos recursos pesqueiros.

Em relação aos principais resultados sobre a atividade de pesca de bloqueio desempenhada pelos pescadores da comunidade Rio Sapucajuba. Destaca-se que esta atividade é realizada com a abertura da pesca na região do Baixo Tocantins, constatou-se que os pescadores da pesca de bloqueio realizam acordos informais com demais pescadores e residentes da comunidade, porém, nem sempre tais acordos são respeitados, pois, há conflitos entre os atores da pesca de bloqueio e da pesca com rede de emalhar, tudo por causa do domínio dos pesqueiros e da produção adquirida.

Quanto a resultados referentes a importância econômica da pesca artesanal para os pesquisados, destacam-se o exercício de atividades complementares a renda, pois, a pesca, apesar de ser a principal atividade dos pescadores, não lhes representa fonte específica de renda, porém, lhes garante direitos sociais como o seguro defeso e a aposentadoria.

Estes resultados levam a contribuições teóricas, práticas e sociais. No que tange as contribuições teóricas, discutimos pontos relacionados ao desenvolvimento combinado de duas

ou três atividades de pesca, bem como, aumento do número de apetrechos de pesca, ambos, com o intuito de alavancar o quantitativo de peixes e camarão capturados, além disso, destaca-se um ponto sobre a atividade econômica da pesca artesanal, observando que a mesma não representa fonte única de renda, mesmo sendo a principal atividade do dia a dia dos pesquisados.

Referente às contribuições práticas, esta pesquisa pode servir para tomada de decisão dos secretários e do presidente da colônia de pescadores Z-14 sobre a pesca irregular e sobre os acordos de pesca informais estabelecidos entre os pescadores da pesca de bloqueio e a comunidade geral, uma vez que, junto ao IBAMA e demais órgão competentes, podem fiscalizar e organizar formalmente os acordos de pesca, primando pela sustentabilidade e pelo bem comum.

Como contribuição social, os resultados ajudam verificar o quanto os pescadores são fiéis ao desenvolvimento de suas atividades de pesca, pois, todos a desenvolve periodicamente, firmando dessa forma sua identidade como ribeirinho e pescador profissional da pesca artesanal, que mesmo, diante de impactos socioambientais e socioterritoriais, mantêm firme suas raízes nas águas. Além dessa contribuição social, todos os resultados da pesquisa serão compartilhados entre os pesquisados, para além disso, serão publicados em formatos de artigos científicos,

Acerca das limitações presentes neste estudo, ressalta-se que o número de pescadores artesanais deveria ser maior, porém, em determinados momentos da pesquisa tivemos dificuldades de acesso as comunidades, uma vez que, a coleta de dados estava sendo realizada no período de janeiro a junho, o qual na região tocantina corresponde ao inverno amazônico, logo, transtornos com chuvas e mareas acabam sendo inevitáveis, em muitos casos, impedindo-nos de chegar às residências dos pescadores, limitando a quantidade de pesquisados.

Outra limitação constatada, diz respeito ao quantitativo de espécies de peixes e de camarão capturados. Ressalta-se que durante o período da coleta de dados não obtivemos em quilogramas o pescado abatido pelos pescadores, uma vez que, faltou logística e tempo suficiente para a pesquisa, dado que, é preciso fazer um monitoramento constante.

Posto isso, em relação a futuras pesquisas sobre o tema, sugere-se que sejam utilizadas amostras maiores, além disso, aconselha-se que sejam realizadas a quantificação de espécies aquáticas capturadas. Por outro lado, para uma melhor compreensão a respeito da socioterritorialidade pesqueira, torna-se importante estudos sobre a cadeia produtiva do pescado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Benedito de Brito. **O aumento da produção do açaí e as alterações socioambientais na várzea de Igarapé Miri/Pa.** 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cidades, Territórios e Identidades) – Universidade Federal do Pará. Campus Universitário de Abaetetuba, Abaetetuba, 2020.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** São Paulo/SP: Atlas, ed. 5, 2001.

ARAÚJO, M. V. L. F. de; SILVA, K. C. de A.; SILVA, B. B.; FERREIRA, I. L. da S.; CINTRA, I. H. A. Pesca e procedimentos de captura do camarão-da-Amazônia a jusante de uma usina hidrelétrica na Amazônia brasileira. **Biota Amazônia**, v. 4, n. 2, pp. 102-112, 2014. DOI: <https://doi.org/10.18561/2179-5746/biotaamazonia.v4n2p102-112>. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/biota/article/view/996/0>>. Acesso em: 25 set. 2023.

BARROS, Flávio Bezerra. Etnoecologia da pesca na reserva extrativista Riozinho do Anfrísio – Terra do Meio, Amazônia, Brasil. **Amazônica**, Belém, v. 4, n. 2, pp. 286-312, 2012.

BARROS, Flávio Bezerra. Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 45, n. 2, pp. 152-161, maio/ago. 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/938/93812726007.pdf>>. Acesso em: 30 de out. 2021.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. O uso do território rural pelas Políticas Públicas de agricultura familiar no Baixo Tocantins, estado do Pará. *In*: SILVA, Cristian Nunes da; SILVA, João Marcio Palheta da; CHAGAS, Clay Anderson Nunes, (org.). **Geografia na Amazônia Paraense: territórios e paisagens.** Ed. 1, CAPT/UFPA, Belém/PA, pp. 303-326, 2015.

BARTHEM, Ronaldo Borges; FABRÉ, Nidia Noemi. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. **ProVárzea**, Manaus, pp. 11-55, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312116110_Biologia_e_diversidade_dos_recursos_pesqueiros_da_Amazonia>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.

BEBBINGTON, A. J.; BEBBINGTON, D. H.; SAULS, L. A.; ROGAN, J.; AGRAWAL, S.; GAMBOA, C.; IMHOF, A.; JHONSON, K.; ROSA, H.; ROYO, A.; TOUMBOROU, T.; VERDUM, R. Resource extraction and infrastructure threaten forest cover and community rights. **PNAS**, v. 115, n. 52, pp. 13165-13173, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.1812505115>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL: Uma síntese das experiências – Ribeirinhos da Ilha do Capim: Frente aos grandes empreendimentos no Baixo Tocantins. UEA Edições: Manaus/AM, n. 8, 2017. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/downlo>

ad/08-ribeirinhos-da-ilha-do-capim-frente-aos-grandes-empreendimentos-no-baixo-tocantins/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BOMFIM, Marcela Rebouças. **Avaliação de impactos ambientais da atividade minerária.** Cruz das Almas/BA: UFRB, pp. 1-46, 2017. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/175229/1/avaliacao.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual de inspeção para identificação de espécies de peixes e valores indicativos de substituições em produtos da pesca e aquicultura / Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília/DF: MAPA, 188f. 2016.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. **Lei nº 11.959/2009.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm>. Acesso: 10 maio 2022.

BRASIL. Governo do Estado do Pará: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Lei ordinário nº 6.713, de 25 de janeiro de 2005.** Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/160372>>. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CARMO, Eraldo Souza do; CUNHA, Franciely Farias da; PRAZERES, Maria Sueli C. dos. Transporte escolar na Amazônia: uma análise dos condicionantes de acesso de estudantes ribeirinhos à escola do campo. **RBEC**, Tocantinópolis, v. 5, pp. 1-25, 2020.

CASTRO, Edna Maria Ramos de.; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de *commodities*. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, pp. 11-36, jan./abr. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/12189>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

CASTRO, Edna Maria. Ramos de; HÉBETTE, Jean. **Na trilha dos grandes projetos: Modernização e conflito na Amazônia.** Belém/PA, NAEA, UFPA, 1989.

CONCEIÇÃO, L. C. A. da; MARTINS, C. M.; SANTOS, M. A. dos S.; ARAÚJO, J. G.; MONTEIRO, E. P. **A pesca artesanal e a sucessão geracional no município de Maracanã, estado do Pará, Brasil.** Guaju, Matinhos, v. 6, n.1, pp. 70-85, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/71232>>. Acesso em: 18 mar. 2022

CORRÊA, J. M. S.; ROCHA, M. dos S.; SANTOS, A. A. dos; SERRÃO, E. de M.; ZACARDI, D. M. Caracterização da pesca artesanal no Lago Juá, Santarém, Pará. **Revista Agrogeoambiental**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2018. DOI: 10.18406/2316-1817v10n220181116. Disponível em: <<https://agrogeoambiental.ifsuldeminas.edu.br/index.php/Agrogeoambiental/article/view/1116>>. Acesso em: 25 set. 2023.

CORTES, J. P. S. de; COUDEL, E.; PIRAUX, M.; SILVA, M. P. da; SANTOS, B. A. dos; FOLHES, R.; SILVAR, G. P. Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes comunitário do Planalto Santareno. **Confins**, n. 45, 2020.

COSTA, Majara Mayla do Socorro Viega. **Amazônia no contexto da acumulação capitalista: a particularidades de pequenas cidades amazônicas**. In: III Jornada Internacional Políticas Públicas, UFMG, pp. 1-11, 2015.

COUTINHO, Marcius Vinicius. Terras de identidade e terras de conflito: movimento social ribeirinho e regularização fundiária nas ilhas e várzeas de Abaetetuba –PA. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 1, pp. 33-64, jan. 2018.

CRUZ, Fernando Manoel Rocha da. A tematização nos espaços públicos: estudo de caso nas cidades de Porto, Vila Nova de Gaia e Barcelona. Uma análise sobre a qualidade e estrutura dos espaços públicos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

CRUZ, Rivetla Édipo Araújo; ISAAC, Victória Judith; PAES, Eduardo Tavares. A PESCA DA DOURADA *Brachyplatystoma rousseauxii* (CASTELNAU, 1855) NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS, BRASIL. **B. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 43, n. 04, pp. 474-486, 2017

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

Dicionário Online de Português. **Autóctones**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/autoctone/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F. da; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. São Paulo/SP, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2023.

SANTOS, C. G. dos; FURTADO, F. de A.; SILVA, V. M. R. da; ADAD, M. F. de M. O impacto dos grandes projetos de integração da Amazônia sobre a população rural do Oeste do Pará / The impact of the big Amazon integration projects on the rural population of the West of Pará. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 1, pp. 5296–5313, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-358. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23159>>. Acesso em: 25 sep. 2023.

FARIAS, André Luís Assunção de. Impactos e conflitos socioambientais de grandes projetos na Amazônia: até quando Barcarena/PA será uma zona de sacrifício? **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 20, pp. 1-21, jan./dez. 2023.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Editora: INPA, Manaus/AM, 2015. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4684/1/hidreletricas_na_Amazonia_v1.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. Comunidades tradicionais: a formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 24, n. 3, pp. 532-541, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/3jFxmCxy4FVJ4Cj8W3Grt9w/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 maio 2023.

FERREIRA, G. de C.; SILVA, C. N. da; PAULA, C. Q. de; LIMA, R. Ângelo P. de. (In) ou (Ex)cluibilidade socioterritorial na pesca da Amazônia brasileira: uma análise geográfica. **ENTRE-LUGAR**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 274–297, 2019. DOI: 10.30612/el.v10i19.8913. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/8913>>. Acesso em: 25 set. 2023.

FERREIRA, V. A.; SANTANA, A. C.; RAVENA, N.; OLIVEIRA, C. M. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 39, pp. 173-188, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/46128/30133>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FLEXA, Cassio Eduardo; SILVA, Kátia Cristina Araújo; CINTRA, Israel Hidenburgo Aniceto. Pescadores artesanais à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Amazônia, Brasil. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 42, n. 1, pp. 221-235, 2016.

FONTES, V. B.; FREIRE, J. L.; ALVES, A. X.; SOUZA, A. S. **Aspectos da pesca e comercialização de pescados no município de Abaetetuba (PA)**. Engenharia de Pesca: aspectos teóricos e práticos, 2018. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210404434.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Liber Livro Editora, Brasília/DF, ed. 2, pp. 1-79, 2005.

FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Mariano Andrade da; MENESES, Fernanda Carvalho de. O desastre na barragem de mineração da Samarco - fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. **Cienc. Cult.** São Paulo, v. 68, n. 3, pp. 25-30, jul./set. 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém/PA, v. 1, n. 2, pp. 159-172, maio/ago. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/TvyK8k5cyXpyPFRBPfRtpRq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 120 p. 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revistas de Administração de Empresas**, São Paulo/SP, v. 35, n. 3, pp. 20-29, maio/jun. 1995.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. **Território e territorialização**. pp. 1-24, 2017. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/39894/T%E9cnico%20de%20Vigil%E2ncia%20em%20Sa%FAde%20-%20Territ%F3rio%20e%20territorializa%E7%E3o.pdf;jsessionid=67C68BD5B39292143D1F7370C8F907BF?sequence=2>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre/RS, pp. 1-20, set. 2004. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad: investigación sobre los orígenes del cambio cultural**. Buenos Aires: Amorrortu, 2004.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Defesos Continentais. **Instrução Normativa Interministerial N° 13, de 25 de outubro de 2011**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/periodos-de-defeso/defesos-continentais>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2021. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso: 22 mar. 2021.

ICMBIO. **Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas – PAN**. pp. 1-8, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan/pan-peixes-amazonicos/1-ciclo/pan-peixes-amazonicos-sumario.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ISAAC, Victória Judith; MILSTEIN, Ana; RUFFINO, Mauro Luís. A pesca artesanal no Baixo Tocantins: análise multivariada da captura por espécie. **Acta. Amazônica**, v. 26, n. 3, pp. 185-208. 1996. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aa/a/QWfXQWX7PsXBZXBn8gTzhPn/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

JÚNIOR, Urandi João Rodrigues. **Diagnóstico da cadeia produtiva do pescado na Amazônia e seus impactos aos recursos hídricos**. In: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Porto Alegre/RS, pp. 1-8, nov. 2015. Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/comgresso/Trabalhos2015/VIII-011.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LEAL, J. B.; SILVA, M. da M.; COSTA, J. M.; ALBUQUERQUE, L. C. da S. de; PEREIRA, M. das G. da S.; SOUSA, R. L. Etnobotânica de plantas medicinais com potencial anti-inflamatório utilizadas pelos moradores de duas comunidades no município de Abaetetuba, Pará. **Biodiversidade**, n. 18, v. 3, pp. 110-125, 2019.

LIMA, Adilson Viana. Desenvolvimento Sustentável: Reflexões conceituais para a Amazônia. **Revista Terceira Margem Amazônia**, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 109-130, jun. 2012. Disponível em: <<https://revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/17>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, pp. 45-76, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/cHMV7HtyhqvBRspJYwVVFQK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

LIRA, Talita de Melo; CAHVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização social e política. **Interações**, Campo Grande/MS, v. 17, n. 1, pp. 66-76, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/MXbhGK5VDQbX4bMQzRYDRLN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 maio 2022.

LOPES, Carla Joelma de Oliveira. Quando o quilombo é rio: territorialidades da pesca entre quilombolas ribeirinhos, no Baixo Tocantins (PA). **Revista Marés de Geografia e Etnociência**, v. 1, n. 1, pp. 73-84, 2019. Disponível em: <<https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/21>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

MACARRINGUE, Lucrêncio Silvestre; BOLFE, Édson Luís; FUMO, Óscar Alexandre. Abordagens metodológicas no campo da dinâmica de uso e cobertura de terra: um olhar para a realidade moçambicana. **Geografia**, v. 45, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/216059/1/AP-Abordagens-metodologicas-2020.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MARQUES, Silvane de Freitas; TAVARES, Francinei Bentes; COPETTI, Lúcia Daiane. Desafios das organizações sociais frente às transformações da pesca artesanal no baixo Tocantins-Pa. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, pp. 111-138, maio/nov. 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/revpgdr/article/view/111914/pdf>>. Acesso em: 13 set. 2021.

MARTINS, Ana Paula. **O espaço público**: pressupostos, meios e bases de uma política de espaços públicos na área oriental da cidade do Porto. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade do Porto, Porto/PT, 1996.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais / Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORAIS, Sérgio Cardoso de. **Saberes da pesca**: uma arqueologia da ciência da tradição. 2005. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/14128/1/SergioCM.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2023.

MOREIRA, Cristiane Fernandes. **As denominações para os pescadores e os apetrechos de pesca na comunidade de Baiacu/Vera Cruz/Ba**. 2010. 384 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística. Área de Concentração: Linguística Histórica) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8784>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MOREIRA, Marco Antônio. **Metodologias de Pesquisa em Ensino**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

MORENO, Larissa Tavares. A LUTA PARA PISCAR: reconhecimento e direito social dos pescadores artesanais. **Revista Pegada**, v. 16, n. 2, pp. 16-42, 2015. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3812/3191>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MOURÃO, Leila. História e natureza: do açaí ao palmito. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <história e natureza: do açaí ao palmito - Dialnet [Https://dialnet.unirioja.es](https://dialnet.unirioja.es)>. Acesso em: 03 mar. 2023.

NAHUM, João Santos; FERREIRA, Denison da Silva. Entre as margens dos rios e as marchas da história: espaço e sociedade ribeirinha na Amazônia. **Revista PerCursos**, Florianópolis/SC, v. 20, n. 43, pp. 39-65, maio/ago. 2019.

NATIVIDADE, Leonardo Natividade; SILVA, João Vitor Natividade; NASCIMENTO, Wagner Luiz Nascimento do. **Caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais da comunidade do Curuperé, em Curuçá, Amazônia Paraense**. In: IV Congresso Internacional das Ciências Agrárias, pp. 1-17, 2019.

NEGRÃO, Antônia do Socorro Silva; MANESCHY, Rosana Quaresma; BARBOSA, Wagner Luiz Ramos. Os açaizais nas ilhas de Abaetetuba-Pa: etnoconhecimento e manejo. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.16, n. 41, pp. 64-85, maio/ago. 2022.

NETO, José Dias. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Brasília: Ibama, 2. Ed, 242 p. 2010. Disponível em: <[Https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/gestaodosrecursospesqueirosdigital.pdf](https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/gestaodosrecursospesqueirosdigital.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, pp. 47-77, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/LXbFMZgsrbyVpZfdbdgy6zm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PAIVA, Melquiades Pinto. **Administração pesqueira no Brasil**. Interciência: Rio de Janeiro/RJ, 2004.

PAULA, Jeanne Duarte. **Dinâmica da atividade pesqueira na costa norte do Brasil: variação, espaço-temporal da captura em relação ao esforço de pesca**. 2018, 87 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ecologia Aquática e Pesca) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2018. Disponível em: <<https://ppgeap.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/275-2018>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PEREIRA, Rosenildo da Costa; PUREZA, Antônio Marcos Santos; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Educação do Campo e políticas públicas no município de Abaetetuba-Pará. **Rev. Bras. Educ. Camp**. Tocantinópolis, v. 2, n. 1, pp. 364-388, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3183>>. Acesso em: 05 maio 2022.

PETRETERE Jr., Miguel. Pesca e esforço de pesca no Estado do Amazonas. I. Esforço e captura por unidade de esforço. **Acta Amazonica**, v. 8, n. 3, pp. 439-454, 1978. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/xMJJsczPvjqWdpPbLNq4qQF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. Editora: Expressão Popular, São Paulo/SP, Ed. 1, 2006.

PIDNER, Flora Sousa. **Diálogos entre Ciência e Saberes Locais: dificuldades e perspectivas**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/mpbb-848h3c/1/disserta_o_vers_o_final.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3, pp. 601-636, 2011.

RODRIGUES, E.; ALMEIDA, A. B. de; OLIVEIRA, A. S. T.; PACHECO, D. L.; RAMOS, G. C.; SOUZA, G. O.; SANTOS, I. D.; BENTO, J. S.; CRUZ, K. A. S. da; COQUEIRO, L. F. U.; HUNDLEB, N. D. V.; BARTASEVICIUS, V. T.; BITENCOURT, A. L. V. Impactos do desmatamento da floresta Amazônica sobre a saúde pública e as comunidades tradicionais. In: GUERRA, Ricardo Luís Fernandes *et al.* (org.). **Saúde, história, ciência e educação: perspectivas dos grupos PET da Unifesp durante a pandemia de Covid-19**. Várzea Paulista/SP: Editora Fontoura, ed. 1, pp. 75-81, 2022. Disponível em: <http://www.editorafontoura.com.br/livros-digitais/unifesp/ebook-pet-9786588054109-v_04.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

RODRIGUES, Eliana Teles. Transformações territoriais e lutas políticas refletidas nas experiências de mapeamento social. In: SIMÕES, Aquiles *et al.* (org.). **Reinvenções Territoriais: diversidade e aprendizagens sociais**. Belém: NUMA/UFPA: GEDAF, pp. 99-118, 2019.

ROSA, Thallys Arimar Lopes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira de. Análise da dinâmica territorial da pesca no médio Araguaari: o caso de Ferreira Gomes (AP/Brasil). **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 21, n. 77, pp. 151-164, out. 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/52510/30056>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Acumulação de capital e cidades na Amazônia: produção de riquezas e negação de direitos sociais. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Sousa; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão**. Recife/PE, UFPE, pp. 196-219, 2012. Disponível em: <<https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/438/448/1323?inline=1>>. Acesso em: 24 maio 2023.

SAIFI, Samira El; DAGNINO, Ricardo de Sampaio. Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará. **IPEA**, pp. 1-17, 2011.

SAMPAIO, Karla de Silva; PINTO, Pedro Benício Almeida; SILVA, Catia Antonia da. As mudanças e as problemáticas no acesso aos direitos sociais na pesca artesanal. **Revista de Etnografia e Etnociências**, v. 1, n. 1, pp. 85-95, 2019. Disponível em: <<https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/23/28>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SANTANA, A. C.; BENTES, E. dos S.; HOMMA, A. K. O.; OLIVEIRA, F. de A.; OLIVEIRA, C. M. de. Influência da Barragem de Tucuruí no Desempenho da Pesca Artesanal, Estado do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 2, pp. 249-266, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/ZY9KK3nWykjKNcPpWyTwh4S/#>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SANTANA, Antônio Cordeiro de; CARVALHO, David Ferreira; MENDES, Fernando Antonio Teixeira. **Organização e competitividade das empresas de polpas de frutas no Estado do Pará: 1995 a 2004**. Belém/PA, Unama, 2006.

SANTOS, G. M dos; JURAS, A. A.; MÉRONA, B. G.; MICHEL. **Peixes do baixo rio Tocantins: 20 anos depois da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Brasília: Eletronorte, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/35982>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; JEGU, Michel; MERONA, Bernard de. **Catálogo de peixes comerciais do baixo rio Tocantins**. Projeto Tucuruí, 1. Ed, Manaus/AM, ELETRONORTE/CNPq/INPA, 1984. Disponível em: <https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/do_c34-04/23202.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, pp. 165-162, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Ng4SsFTVqL6WwfHkJ4pGmwp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 maio 2022.

SANTOS, Lorena Santana dos; FREITAS, Vantuil Moreira de. **Poluição do solo e da água**. In: IV Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar, II Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. UNIFIMES, pp. 1-5, 2019. Disponível em: <<https://publicacoes.Unifimes.edu.br/article/view>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SANTOS, Marcos Antônio Sousa dos. A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. **Amazônia. Ci. & Desenv.** Belém/PA, v. 1, n. 1, jul./dez. 2005. Disponível em: <[Http://www.avesmarinhas.com.br/cadeia%20produtiva%20da%20pesca%20artesanal%20par%3a1.pdf](http://www.avesmarinhas.com.br/cadeia%20produtiva%20da%20pesca%20artesanal%20par%3a1.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SANTOS, Valcir Bispo. Inovação social e instituição nos acordos de pesca da Amazônia oriental. In: PALHETA, João Marcio; SILVA, Christian Nunes da. **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**. Belém/PA, 1. Ed. CAPTA/UFPA, pp. 153-172, 2011. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/134/1/Livro_PescaTerritorialidadesContribuicoes.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ - Ano 10**, v. 2, n.18, pp. 24-42, 2008. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SERRA, Anderson Borges; MATOS, Letícia Sousa; OLIVEIRA, Alessandra Marinho de. Sistemas Agroflorestais como geração de renda complementar para pescadores do Lago de Tucuruí, Pará. **Revista Verde**, Pombal, Paraíba, Brasil, v. 15, n. 3, jul./set., pp.292-299, 2020.

SILVA, Mauricio Pinto da; ASSUMPCÃO, Rafaela Facchetti; KLIGERMAN, Debora Cynamon. Bacias hidrográficas transfronteiriças: saneamento e saúde ambiental sem fronteiras. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, pp 251-262, jan./mar. 2020.

SILVA, R. M.; BEZERRA, I. C.; BRASIL, C. C. P.; MOURA, E. R. F. **Estudos qualitativos: enfoques teóricos e técnicas de coleta de informações**. Sobral: Edições UVA, 2018. Disponível em: < <https://portais.univasf.edu.br/medicina-pa/pesquisa/producao-cientifica/experiencias-qualitativas-ebook>>. Acesso em: 25 set. 2021.

SILVA, Natanael Charles da; JÚNIOR, Ércio da Costa Farias; PEREIRA, Aldenice de Nazaré da Silva. Impactos Socioambientais Relacionados com a Pesca do Camarão-da-Amazônia *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) na Visão de Pescadores do Rio São José no Município de Abaetetuba/PA. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 2, pp. 1-14, 2022. Disponível em: < <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/BioBR/article/view/1885>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SILVA, Vera Lúcia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **A regulação jurídica da Pesca Artesanal no Brasil e o problema do Reconhecimento do Trabalho Profissional das Pescadoras**. João Pessoa: UFPB, pp. 1-28, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>>. Acesso em: 13 set. 2022.

SILVANO, R. A. M.; HALLWASS, G.; RIBEIRO, A. R.; HASENACK, H.; JURAS, A. A.; LOPES, P. F.; CLAUZET, M.; BEGOSSI, A.; LIMA, R. P.; ZUANON, J. **Pesca, Etnoictiologia e Ecologia de Peixes em Lagoas e Igarapés do Baixo Rio Tocantins**. In: Anais do V Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (V CITENEL), Belém/PA, pp. 1-12, 2009. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/30399>>. Acesso em: 27 maio 2023.

SIMÕES, A.; DIAS, S. C.; ALMEIDA, O.; RIVERO, S. Gestão dos recursos naturais na região do Baixo Tocantins. **Amazon. Rev. Antropol.** v. 6, n. 1, pp. 50-65, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1748/2176>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SOUSA, Rafael Benevides de; BINSZTOK, Jacob. Da beira do rio para a beira da estrada: mudanças e permanências na organização socioespacial do campesinato na Amazônia Oriental. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia/MG, pp. 1-12, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1051_2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

STEINBRENNER, R. A.; GUERREIRO NETO, G.; LOUREIRO DE BRAGANÇA, P.; RAMOS DE CASTRO, E. M. Desastre da mineração em Barcarena, Pará e cobertura midiática: diferenças de duração e direcionamentos de escuta. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [S. l.], v. 14, n. 2, 2020. DOI: 10.29397/reciis.v14i2.2063.

Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2063>>. Acesso em: 25 set. 2023.

TORRES, Rafael Barsotti. ENTRE PEIXES E PESCADORES: uma análise geográfica da política de Seguro-Defeso da pesca artesanal. *Revista Rural & Urbano*. Recife. v. 6, n. 2, pp. 1-15, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/250970/39708>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

VASCONCELOS, Steel Silva; RUIVO, Maria de Lourdes Pinheiro; LIMA Aline Maria Meiguins de. As Ciências Ambientais e os impactos do uso da terra em diferentes escalas. *In: VASCONCELOS, Steel Silva; RUIVO, Maria de Lourdes Pinheiro; LIMA Aline Maria Meiguins de (org.). Amazônia em tempo: impactos do uso da terra em diferentes escalas*. Belém: Universidade Federal do Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi: Embrapa Amazônia Oriental, pp. 15-33, 2017.

VIANA, João Paulo. Recursos pesqueiros do Brasil: situação dos estoques, da gestão e sugestões para o futuro. **Boletim regional urbano e ambiental, Ipea**, v. 7, jan./jun. 2013.

VIEIRA, E. de L. P.; ATAYDE, H. M.; JUNIOR, C. H. F.; BRITO, L. S. de; CASTRO, L. de A. Triturados de Pescada Amazônica—uma Alternativa de Renda e Consumo. **Revista de Extensão da Integração Amazônica**. Santarém/PA, v. 1, n. 2, pp. 105-108, 2019.

VILHENA, Josiel do Rêgo. **Manejo comunitário de recursos comuns na Amazônia: uma análise sobre os acordos de pesca na região do baixo Tocantins no estado do Pará**. 2011. 237 f. Tese (Programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, pp. 203-220, ago./dez. 2014.

WAGNER, Gustavo; SILVA, Lucas Antônio da. **A pesca e o pescador: por uma haliêutica historicizada**. Oficina do historiador, Porto Alegre, v. 13, n. 1, pp. 1-6, jan./jun. 2020.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Editora: Edua, Manaus/AM, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, ed. 3, 2005.


YAMAGUCHI, K. K. de L.; PEREIRA, L. F. R.; LAMARÃO, C. V.; LIMA, E. S.; VEIGA-JUNIOR, V. F. da. Amazon acai: chemistry and biological activities: areview. **Food Chemistry**, v.179, pp.137-151, 2015.

ZACARDI, Diego Maia. Aspectos sociais e técnicos da atividade pesqueira realizada no Rio Tracajatuba, Amapá, Brasil. **Acta Fish. Aquat. Res**, v. 3, n. 2, pp. 31-48, 2015.

ZACARDI, Diego Maia; SARAIVA, Marenilson Linhares; VAZ, Elizabete de Matos. Caracterização da Pesca Artesanal Praticada nos Lagos Mapiiri e Papucu às Margens do Rio Tapajós, Santarém, Pará. **Rev. Bras. Eng. Pesca**, v. 10, n. 1, pp. 31-43, 2017.

ZANELLI, José Carlos. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas.** Estudos da Psicologia, n. 7, pp. 79-88, 2002.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS				
Formulário Dirigido aos Pescadores (as)				
Aplicação nº: _____		Comunidade: _____		Data: ___/___/___
1. Identificação				
Sexo: () M () F Outros: _____	Faz parte de alguma associação? () Sim () Não			
Idade: _____	Se sim, qual? _____			
Escolaridade: _____	Tempo de contribuição: _____			
Filhos (quantos)? _____	Recebe seguro defeso? () Sim () Não			
Mora na comunidade (tempo)? _____	Se sim, qual o período? _____			
Naturalidade: _____	Aposentado (a): () Sim () Não			
Pesca há quantos anos? _____				
2. Dados relacionados a dinâmica da pesca.				
2.1. Exerce a profissão de pescador (a) profissional: () Artesanal () Industrial				
2.2. Prática qual tipo de pesca? a) Pesca de fundo b) Pesca de arrasto c) Pesca de rede d) Outros.				
2.3. Tipo de embarcação	Capacidade	Combustível		
2.4. Onde realiza esse tipo de pesca? a) Na baía b) Na praia c) No rio d) Outros				
2.5. Pesca quantos dias na semana?				
2.6. Qual maré é mais comum para a pescaria? Por quê?				
2.7. Usa que apetrecho de pesca?				
Apetrecho	Tipo	Medida	Quantidade	Pescados
2.8. Tempo que o apetrecho de pesca fica na água?				

2.9. Como adquiriu o apetrecho de pesca? a) Comprado pronto b) Comprado em partes e depois apronta c) Fabrica o apetrecho
2.10. Onde compra?
2.11. Qual o investimento?
2.12. Sempre tem condição de comprar? Se a resposta for não, porquê?
2.13. Há algum apetrecho de pesca que não se usa mais? Se sim, por quê?

3. Dados relacionados a forma de organização, produção e trabalho dos pescadores, bem como as espécies de peixes e cadeia produtiva do pescado.

3.1. Forma de organização da pesca: a) Individual b) Coletiva a) Outra			
3.2. Quantos membros da família estão envolvidos na pesca e função de cada?			
3.3. Quais são os custos com a pesca?			
3.4. Quem assume as despesas da viagem?			
3.5. Qual a principal forma de armazenamento e conservação do pescado?			
3.6. O que fazem com a produção? a) totalmente para a venda. b) totalmente para a alimentação. c) uma parte para a alimentação e outra para a venda.			
3.7. Se caso vendido, onde vende? a) Na comunidade. b) Na feira livre da cidade c) No Mercado Municipal da cidade d) Outros			
3.8. Como ocorre a venda?			
3.9. Qual a vantagem de vender o pescado nesse local?			
3.10. Liste no quadro abaixo os pescados e seus respectivos valores de mercado.			
	Valor de mercado (R\$/Kg)		
Pescados	Na comunidade	Na feira livre da cidade	No mercado municipal

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa relacionada a pesca nas comunidades Rio Costa Marataura, Rio Assacú e Rio Sapucajuba. O objetivo geral é analisar os impactos na pesca artesanal ocasionados pelas transformações territoriais nas ilhas do município de Abaetetuba, Pará. O aluno Joelson Baleiro Leal será o pesquisador responsável e o Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, o pesquisador/orientador, ambos da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba.

A coleta das informações acontecerá por meio de questionários, entrevistas, observações e registros fotográficos. Primeiro vamos ler juntos o TCLE, depois de lido e entendido, você será convidado (a) para responder a um questionário e participar de uma entrevista. As informações obtidas nos questionários e nas entrevistas, bem como as imagens que registram o encontro do pesquisador com os colaboradores, os apetrechos de pesca e pescados, serão organizadas em um banco de dados para a elaboração da dissertação de mestrado do pesquisador responsável, não sendo usadas de modo algum, para obter benefícios monetários. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa serão expostos a riscos mínimos, como um possível constrangimento com as nossas perguntas ou presença.

Como benefícios aos participantes, eles irão conhecer melhor sua realidade e terão acesso às informações oriundas da pesquisa, pois as mesmas serão utilizadas para construção da dissertação, expostas através de palestras nos centros comunitários das comunidades e na elaboração de artigos científicos.

Será mantido o sigilo sobre as informações pessoais dos pesquisados e serão livres para participar e/ou para retirar-se da pesquisa a qualquer momento, pois não haverá prejuízo pessoal por esta causa. Não haverá nenhum tipo de despesas para participação da pesquisa, assim como não haverá nenhuma forma de pagamento para participação.

Assinatura do Pesquisador Responsável

TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecida acerca do conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a coleta de informações.

Assinatura do participante

Data: ___/___/___ Local: _____

Pesquisador responsável: Joelson Baleiro Leal E-mail: joelson.leal@abaetetuba.ufpa.br. Telefone: (91) 99349-1641.

Pesquisador/orientador: Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro. E-mail: yemcordeiro@ufpa.br. Telefone: (91) 98180-3923.

Endereço do CEP: Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto da Ciência da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA). Rua Augusto Corrêa, nº 1. Faculdade de Enfermagem do ICS - Sala 13 - Campus Universitário - Bairro: Guamá: CEP: 66.075-110 - Belém-Pará. Tel: (91) 3201-7735. E-mail: cepccs@ufpa.br

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGENS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGENS

Eu, _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de imagens, especificados no **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, **AUTORIZO**, através do presente termo, os pesquisadores **Joelson Balieiro Leal** e **Yvens Ely Martins Cordeiro**, do projeto de pesquisa intitulado **Avaliação da dinâmica socioterritorial da pesca artesanal em três comunidades ribeirinhas no Município de Abaetetuba, Pará**, a realizar registros de imagens que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, **AUTORIZO** a utilização destas fotos (seus respectivos negativos ou cópias) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Por ser a expressão da minha vontade assino o presente termo,

Assinatura do (a) participante

Data: ___/___/___ Local: _____

Pesquisador responsável: Joelson Balieiro Leal. E-mail: joelson.leal@abaetetuba.ufpa.br. Telefone: (91) 99349-1641.

Pesquisador/orientador: Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro. E-mail: yemcordeiro@ufpa.br. Telefone: (91) 98180-3923.

Endereço do CEP: Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto da Ciência da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA). Rua Augusto Corrêa, nº 1. Faculdade de Enfermagem do ICS - Sala 13 - Campus Universitário – Bairro: Guamá: CEP: 66.075-110 - Belém-Pará. Tel: (91) 3201-7735. E-mail: cepccs@ufpa.br.

ANEXO A – OFÍCIO PPGCITI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIDADES TERRITÓRIOS E IDENTIDADES (PPGCITI)
Rua Manoel de Abreu SN - Mutirão - ABAETETUBA - PARÁ
Fone/Fax: (91) 3751-1107 - E-Mail: ppgciti@ufpa.br



Ofício. N° 036/2021 – PPGCITI

Abaetetuba (PA), 29 de novembro de 2021.

Do: Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades PPGCITI - UFPA/
Campus Universitário de Abaetetuba

A(o): Colônia dos Pescadores Z-14

Prezado(a) Senhor (a),

A Universidade Federal do Pará representada pelo **Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI)** do Campus Universitário de Abaetetuba-PA, vem através desta apresentar o discente JOELSON BALIEIRO LEAL, vinculada a este programa sob a matrícula 202175370025, cujo projeto de pesquisa de mestrado é intitulado: "**Avaliação da dinâmica sócio territorial da atividade de pesca em um município do Baixo Tocantins**", o qual está em processo de construção.

Ressaltamos que o referido discente é orientada pelo Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, docente permanente do referido programa.

Outrossim, o PPGCITI, **solicita à entidade para ter acesso aos pescadores para a coleta de dados através da aplicação de questionários, entrevistas e observações.** Para que o citado discente possa fazer levantamentos de dados para a construção da sua dissertação, sem os quais a pesquisa poderá ser inviabilizada.

Sem mais, certos de sermos atendidos reiteramos nossos agradecimentos e considerações.

Cordialmente,

Raimundo Hosana Negro
Raimundo Hosana Negro
Secretário PPGCITI
UFPA Campus Universitário de Abaetetuba
Paraná - 0302015 - 60021A/UFPA

Rob. dos 20/11/21
Arivaldo Leal

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO DA DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM TRÊS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ

Pesquisador: JOELSON BALIEIRO LEAL

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56202822.6.0000.0018

Instituição Proponente: Universidade Federal do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.490.440

Apresentação do Projeto:

Na Amazônia, a prática da pesca é responsável, em grande parte, pelo desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. Ela está relacionada à fonte indispensável de alimentos, ocupação de mão-de-obra e renda, principalmente para as populações ribeirinhas, porém os territórios legalmente destinados a atividade pesqueira pertencem a ambientes de disputas, de conflitos territoriais e de impactos ambientais, diante disso se questiona

como as transformações ocorridas no território do Baixo Tocantins, alteraram a pesca artesanal nas ilhas do município de Abaetetuba, Pará? O objetivo geral do trabalho será analisar os impactos na pesca artesanal ocasionados pelas transformações territoriais nas ilhas do município de Abaetetuba, Pará. E, como objetivos específicos descrever as dinâmicas das atividades relacionadas a pesca artesanal, abordando as transformações dos apetrechos de pesca e do cotidiano pesqueiro, a partir das percepções dos atores sociais envolvidos; avaliar se as transformações socioterritoriais têm impactado a forma de organização, produção e trabalho dos pescadores, bem como as espécies de peixes e cadeia produtiva do pescado artesanal e; compreender a importância econômica da pesca artesanal para a subsistência das famílias ribeirinhas, no contexto atual. Será uma pesquisa de abordagem qualitativa, onde a coleta das informações acontecerá mediante a aplicação de formulários, entrevistas e observações, serão também utilizados mapas cognitivos que servirão de

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01 - Campus do Guamá, UFPA, Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.

Bairro: Guamá CEP: 66.075-110

UF- PA Município: BELEM

Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028 E-mail: cepcos@ufpa.br

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 5.490.440

suporte à coleta e apresentação dos dados, para a análise dos dados utilizar-se-á a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Franco (2005, p. 13), "O ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, documental ou diretamente provocada". Desse modo ao trabalharmos com o discurso das pessoas faremos relação entre os sentidos de suas palavras, afim de buscar respostas análogas. Resultados esperados: dinâmica da pesca artesanal descrita em mapas cognitivos; avaliação das transformações ocorridas no território em detrimento da dinâmica da pesca artesanal e; compreensão da importância econômica da pesca artesanal para a subsistência dos pescadores e pescadoras.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os impactos na pesca artesanal ocasionados pelas transformações territoriais nas ilhas do Município de Abaetetuba, Pará.

Objetivo Secundário:

1. Descrever as dinâmicas das atividades relacionadas a pesca artesanal, abordando as transformações dos apetrechos de pesca e do cotidiano pesqueiro, a partir das percepções dos atores sociais envolvidos; 2. Avaliar se as transformações socioterritoriais têm impactado a forma de organização, produção e trabalho dos pescadores, bem como as espécies de peixes e cadeia produtiva do pescado artesanal; 3. Compreender a importância econômica da pesca artesanal para a subsistência das famílias ribeirinhas, no contexto atual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os procedimentos que serão adotados neste projeto obedecerão às resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde envolvendo seres humanos. A coleta de informações consistirá na aplicação de formulários contendo perguntas fechadas e semi estruturadas e entrevistas semi estruturadas. Cada entrevistado assinará o TCLE. As informações orais e fotografias serão analisadas para que o objetivo da pesquisa seja cumprido, não sendo usados de forma alguma para obter benefícios monetários ao pesquisador. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa serão expostos a riscos mínimos como um possível desconforto em responder as perguntas em sua presença. Será mantido em sigilo sobre as informações pessoais dos pesquisados, com liberdade para participar e/ou retirar-se da pesquisa a qualquer momento, uma vez que não haverá prejuízo pessoal, bem como nenhum tipo de despesa e/ou forma de pagamento para

Endereço: Rua Augusto Correa nº 01 - Campus de Guamá, UFPA - Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 3º and.

Bairro: Guamá CEP: 66.075-110

UFPA - Município: RFI PM

Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028 E-mail: cepocs@ufpa.br

UFGA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 5.490.440

participação.

Benefícios:

Como benefícios aos participantes, eles irão conhecer melhor sua realidade e terão acesso às informações oriundas da pesquisa com possíveis intervenções para a preservação dos estoques pesqueiros. O retorno para as comunidades Rio Costa Marataura, Rio Assacú e Rio Sapucajuba será através da disponibilização dos dados da pesquisa sistematizada na dissertação e elaboração de artigos científicos. O acesso a essas informações será facilitado a partir da realização de palestras nos centros comunitários das referidas comunidades pesquisadas e na Colônia de Pesca Z-14 situada na cidade de Abaetetuba.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo encaminhado dispõe de metodologia e critérios definidos conforme resolução 466/12 do CNS/MS. Trata ainda em resolver pendências citadas no parecer nº5.325.935, que depois de analisado por este colegiado entende-se como pendências resolvidas e aceitas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados, nesta versão, contemplam os sugeridos pelo sistema CEP/CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1901230.pdf	07/04/2022 18:07:47		Aceito
Outros	Esclarecimento_referente_a_ausencia_de_carimbo_no_Termo_de_Compromisso_do_Pesquisador.pdf	07/04/2022 18:05:51	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_do_pesquisadorassinada_por_todos_os_pesquisadores.pdf	07/04/2022 17:57:05	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito
Outros	Declaracao_de_isencao_de_onus_financeiro_a_UFGA_assinada_e_carimbada_pela_gestora_do_programa.pdf	07/04/2022 16:24:29	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito
Outros	Termo_de_Consentimento_de_uso_de_imagem.pdf	07/04/2022 16:22:30	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE_com_esclarecimento_sobre_as_	07/04/2022	JOELSON BALIEIRO	Aceito

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFGA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá CEP: 66.075-110
UF: PA Município: BELEM
Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028 E-mail: cepps@ufpa.br

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 5.490.440

Assentimento / Justificativa de Ausência	imagens_que_serao_obtidas.pdf	15:50:35	LEAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_detalhado.pdf	23/02/2022 17:20:05	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_com_Carimbo_da_Instituicao_proponente.pdf	23/02/2022 16:27:51	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito
Outros	Termo_de_consentimento_instituicao.pdf	22/02/2022 16:58:12	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito
Outros	Comprovante_de_cadastro_do_projeto_no_SisGen.pdf	22/02/2022 16:50:32	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito
Outros	Fomulario_de_pesquisa.pdf	22/02/2022 16:38:55	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito
Outros	Termo_de_aceite_do_orientador.pdf	22/02/2022 16:36:40	JOELSON BALIEIRO LEAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 26 de Junho de 2022

Assinado por:

Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá CEP: 66.075-110
UF: PA Município: BELEM
Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028 E-mail: cepccs@ufpa.br

ANEXO C – COMPROVANTE DE CADASTRO DE ACESSO - SISGEN



Ministério do Meio Ambiente
CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

Comprovante de Cadastro de Acesso

Cadastro nº A88ACD9

A atividade de acesso ao Conhecimento Tradicional Associado, nos termos abaixo resumida, foi cadastrada no SisGen, em atendimento ao previsto na Lei nº 13.123/2015 e seus regulamentos.

Número do cadastro: **A88ACD9**
 Usuário: **Joelson Balieiro Leal**
 CPF/CNPJ: **024.803.262-33**
 Objeto do Acesso: **Conhecimento Tradicional Associado**
 Finalidade do Acesso: **Pesquisa**

Espécie

Não se aplica

Fonte do CTA

CTA de origem não identificável

Título da Atividade: **AVALIAÇÃO DA DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM TRÊS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ**

Equipe

Joelson Balieiro Leal **UFPA**

Data do Cadastro: **18/02/2022 23:02:12**

Situação do Cadastro: **Concluído**

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
 Situação cadastral conforme consulta ao SisGen em 23:02 de 18/02/2022.



SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO
 DO PATRIMÔNIO GENÉTICO
 E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL
 ASSOCIADO - SISGEN